UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

JOANA HELENA RODRIGUES DA SILVA

ESTUDO SOBRE O TRABALHO DO POLICIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

São Paulo
2009

JOANA HELENA RODRIGUES DA SILVA

ESTUDO SOBRE O TRABALHO DO POLICIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Profª. Drª. Eda Marconi Custódio

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Silva, Joana Helena Rodrigues da.
Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental / Joana Helena Rodrigues da Silva; orientadora Eda Marconi Custódio. – São Paulo, 2009.
101 p.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Polícia 2. Saúde mental 3. Sofrimento 4. Violência 5. Morte I. Título.

HV7561

FOLHA DE APROVAÇÃO

Joana Helena Rodrigues da Silva

Estudo sobre o trabalho do policial
e suas implicações na saúde mental

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Nome:_____

Instituição:_____Assinatura_____

Nome:_____

Instituição:_____Assinatura_____

Nome:_____

Instituição:_____Assinatura_____

DEDICATÓRIA

Como se não bastasse me proporcionar a vida, o que já estaria de bom tamanho, eles resolveram também me dar a melhor vida que alguém jamais pensaria em ter. Dedico este trabalho *Delci e Laudemiro, meus pais*.

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora *Eda Marconi Custódio*, pessoa ímpar, dotada de grande sensibilidade, doçura e capacidade de compreensão, cuja presença é ao mesmo tempo libertadora e reconfortante. Expressar minha gratidão a ela não caberia aqui e em lugar algum. Não sei se ela sabe (acho que sabe, ela sabe tudo), mas este trabalho só existe por sua presença durante estes três anos ter sido exatamente como foi.

À querida amiga *Ligia,* por todo o envolvimento com o desenvolvimento deste trabalho, por sua constante presença nos momentos mais difíceis e por ter me forçado a acreditar que seria possível. Não sei se pode ser considerado um elogio, mas há muito dela neste trabalho, seja pelos livros e artigos que me apresentou, seja pelo enorme e aconchegante ombro que ela sempre colocou a minha disposição.

À *Profa. Maria Julia Kovács*, pelas importantes contribuições no exame de qualificação e, principalmente, por ter sido minha primeira referência dentro da Universidade de São Paulo.

Ao *Dr. David Gaspar Ribeiro de Faria,* da Polícia Militar do Estado de São Paulo e membro da banca de qualificação, pela forma generosa como acolheu este estudo, contribuindo não apenas com sua extensa e reveladora pesquisa, mas principalmente, pela disponibilidade em aceitá-lo da forma como foi possível realizá-lo.

Aos meus amados irmãos, *Thaís, Marcos e Erika,* por serem lindos, divertidos e felizes como só eles sabem ser, por terem feito silêncio e escândalo nos momentos exatos e por trazerem alegria para minha vida simplesmente por existirem.

Aos meus tios, *Alaíde e Lula,* por assumirem tão perfeitamente o papel de "pais em segundo grau", por acompanharem de muito perto minha formação profissional e pessoal e a quem devo, se não a vida, boa parte do que sou hoje.

Aos *"amigos predadores",* por me mostrarem, dia após dia, o valor do que é verdadeiro, que permanece, melhora, transforma, mas não muda nunca...

Às queridas amigas *Daniela e Vanessa,* por acreditarem em minha capacidade mais do que eu mesma e por, em algum momento, quase me convencerem.

Ao querido amigo *Juninho,* pela imensidão de sua paciência, sinceridade e insônia, por me ouvir falar deste trabalho repetidas vezes, pelas conversas sem epílogo e por tudo que ainda vai ser.

E ao *Mô,* por me aturar exatamente do jeito que eu sou, mesmo quando eu não mereço que ele o faça. E por me amar e deixar amá-lo à minha maneira, maneira estranha, mas verdadeira.

A todos que agüentaram o interminável "você-sabe-quem" ao meu lado... Muito obrigada!!

Como acordar sem sofrimento?
Recomeçar sem horror?
O sono transportou-me
àquele reino onde não existe vida
e eu quedo inerte sem paixão.

Como repetir, dia seguinte após dia seguinte,
a fábula inconclusa,
suportar a semelhança das coisas ásperas
de amanhã com as coisas ásperas de hoje?

Como proteger-me das feridas
que rasga em mim o acontecimento,
qualquer acontecimento
que lembra a Terra e sua púrpura
demente?
E mais aquela ferida que me inflijo
a cada hora, algoz
do inocente que não sou?

Ninguém responde, a vida é pétrea.

Carlos Drummond de Andrade[1]

[1] ANDRADE, C. D. "Acordar Viver". In: *Farewell.* São Paulo: Record, 1996.

RESUMO

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental**. Dissertação (Mestrado). 103p. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Sendo a violência e a preocupação com a segurança temas amplamente discutidos atualmente, seja por meio da imprensa ou de produção científica, a atuação profissional de policiais militares torna-se fator de preocupação e estudo, quer no âmbito da prevenção e repressão aos crimes, quer pelos desdobramentos que suas ações são capazes de provocar. Dentro deste contexto, de violência e risco, o presente estudo pretende traçar algumas considerações acerca da atuação do policial militar, que desempenha suas funções em ocorrências de alto risco, tendo como objetivo realizar um levantamento da produção científica com temática relacionada à atividade do policial militar, bem como verificar e detalhar a incidência de estudos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial como precipitador de sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador. A partir dos dados obtidos, foram feitas considerações a respeito do panorama geral das pesquisas que tem os policiais militares como sujeitos, bem como dos temas prevalecentes na produção científica nacional. Pôde-se constatar que, apesar do significativo aumento na produção científica nacional relacionada ao tema a partir do ano 2000, o que converge com a crescente preocupação a respeito da temática da violência como questão de saúde pública, quando se analisa a produção científica formal e acessível à comunidade acadêmica (em bases de dados comuns às pesquisas de nível universitário), os resultados ainda são diminutos se comparados à relevância do tema. Levanta-se como hipótese para tal fato a dificuldade em coletar dados qualitativos no âmbito policial, dadas as questões de hierarquia e protocolos pertinentes à organização da polícia como instituição, bem como certa resistência, calcada em estereótipos relativos à polícia como um todo, em enxergar o profissional de segurança pública como um cidadão, tão frágil e suscetível ao sofrimento quanto qualquer outro.

Palavras-chave: polícia, saúde mental, sofrimento, violência, morte.

ABSTRACT

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. **A study concerning the policeman's work and its implication in the mental health.** Dissertation (Master´s Degree). 103p. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Once subjects like violence and worry about security are widely discussed nowadays, either by the press or scientific production, the knowledge about the military policemen activity become a very important factor, in the scope of prevention and criminal repression, or by the implication that their actions can cause. Within this context, the current study intends to make some considerations about the policeman activity, who very often works in very dangerous situations, making a scientific production survey, emphasizing the public security professional's activity. The purpose of this study was to check the incidence of works whose subject has to do with the policeman profession as responsible for the psychic suffering, as well as the implication in the worker's mental health. From the data obtained, we made considerations regarding the general view of the researches that have the military policemen as subjects, as well as the predominant topics in the national scientific production. We noticed that, in spite of the meaningful increase in the scientific production related to the subject from the year 2000, which is in accordance to the increasing worry about the violence as a matter of public health, when we analyze the formal and accessible scientific production to the academic community (in common databases regarding the university researches), the results referring to the qualitative researches are still small if we compare them to the subject relevance. We discuss the institutional and emotional factors which can be established as complicators at the time we gather the qualitative data among policemen, as well as the difficulty to see the public security professional as a citizen, so weak and susceptible to the suffering as any other.

KEYWORDS: POLICE, MENTAL HEALTH, VIOLENCE, SUFFERING, DEATH

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

1. SOBRE O QUE JÁ SE DISSE DO POLICIAL MILITAR.....10

2. SOBRE A VIOLÊNCIA, QUE INVADE E MATA TAMBÉM O POLICIAL.....29

3. SOBRE UMA CONSEQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA: O ENCONTRO DO POLICIAL COM A MORTE.....34

4. SOBRE UMA CONSEQÜÊNCIA DO DESAMPARO: O POLICIAL COMO UM ESTRANHO A SI PRÓPRIO.....58

5. O QUÊ E COMO: SOBRE OS ESTUDOS BRASILEIROS RELACIONADOS À ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR.....66

6. UM RECORTE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O POLICIAL: O QUE JÁ SE DISSE SOBRE ELE.....68

7. CONSIDERÇÕES FINAIS.....88

8. REFERÊNCIAS.....93

INTRODUÇÃO

O extraordinário é que, provavelmente, neste momento, algum soldado arrisca a vida para cumprir seu dever, honrando a farda que veste, apesar do salário baixo, apesar da imagem deteriorada de sua corporação, a despeito da vergonha que os companheiros corruptos lhe causam e da baixa estima, que lhe cava um buraco na alma e lhe dói mais que a miséria, como uma vez me confessou, emocionado, um sargento de coração generoso e espírito nobre.

Mais extraordinário ainda, e mais perturbador, é um outro fato que ameaça toda e qualquer classificação, todo esforço de organização cognitiva e toda ordem moral: alguns policiais destas turmas que desrespeitam os cidadãos nas revistas, roubam e matam, são os mesmos que, em outros momentos, atuam com disciplina e enfrentam o perigo para salvar um inocente, ou simplesmente para cumprir o seu dever e fazer fruir o prazer incomparável do reconhecimento, da gratidão e do respeito.

O fato é que, por conta destas contradições e pela magnitude do descontrole, polícia é um tema que interessa a todos, a menos que você tenha mais de quarenta anos, seja branco e rico, e não disfarce sua origem de classe.

Mesmo assim, você terá parentes e amigos mais jovens ou será sensível aos dramas que o cercam com uma freqüência assustadora.

Pensando bem, mesmo rico e branco, ou melhor, por conta destes atributos, é melhor você se preocupar também, porque a competência policial é decisiva para desmontar as quadrilhas de

> seqüestradores, assim como o controle desta corporação é necessário para evitar que policiais participem dos seqüestros.
>
> Portanto, sem exceções: polícia é um tema de interesse geral.
>
> (Luiz Eduardo Soares, em *Meu casaco de general – Quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*)

Como falar do policial sem se remeter à farda que o veste? Como desvinculá-lo da imagem repetidamente explorada, seja ela boa ou ruim, de herói ou de vilão? Como olhar o indivíduo, humano, sem julgá-lo por atos de alguns (poucos ou muitos?), sem recriminá-lo, sem dar a chance de acolhê-lo em seu sofrimento?

Questões como estas podem ser descritas como o norte deste estudo. Pode-se dizer que o principal objetivo deste trabalho foi fazer com que estas perguntas, se não respondidas, pudessem ao menos ser feitas.

Perguntas não respondidas, por tratar-se de tema consideravelmente complexo. Não foi intenção deste estudo falar da Polícia Militar em sua configuração institucional, mas sim daquele que, extrapolando os limites dos batalhões, sai às ruas com o objetivo principal de garantir a segurança de seus iguais, mesmo sendo ele também um destes a ser protegido. Os homens e mulheres por baixo da farda, apesar da imprescindível necessidade de mostrarem-se fortes e invencíveis, são também pais, mães, filhos, maridos, esposas, irmãos. Assim como aquele que pede ajuda, ele também chora diante do infortúnio, também briga, também grita e também se indigna com tudo o que tira a esperança

na dignidade humana. No entanto, a diferença crucial entre o fardado e o "*paisano*" é que este último tem a quem recorrer. Por mais que existam indícios fatuais de hostilidade entre "civis" e "militares", parece existir no imaginário popular uma apropriação automática de que, diante de um problema, "chamem a polícia!". Já o policial, quando diante do perigo, coloca-se diante de um paradoxo, já que tal grito de socorro não cabe a ele. Ele é a polícia! A quem ele deve recorrer?

Trata-se de temática bastante intrigante, pois nos evidencia o quanto o trabalho do policial militar depende intimamente, muito mais do que de sua força ou coragem, de condições psicológicas que lhe garantam certo bem-estar diante de tão extenuante tarefa. Diz-se isto pensando que o indivíduo a quem recorremos quando em perigo nada mais é do que um igual. Ele não tem superpoderes, não enxerga mais longe, não lê pensamentos. Sendo um igual, está tão vulnerável ao sofrimento quanto aquele que, num momento de desespero, pega seu telefone e disca o 190, o telefone da Polícia Militar. Tudo que este indivíduo realiza para garantir a segurança e bem estar do próximo, teoricamente, poderia ser feito por qualquer outro, tão humano quanto ele próprio. E este profissional é capaz de fazê-lo unicamente por que acredita nisso. Esta, na verdade, é sua única arma, já que, sendo um igual, ele não é mais forte ou invencível que o outro, mas parece ter a necessidade de acreditar ser para poder desempenhar seu papel. E se um é tão humano quanto o outro, o que coloca um deles no lugar do protegido e o outro no lugar do protetor é a disponibilidade de um para o zelar, para o cuidar, mesmo sendo esta tarefa tão difícil.

Não há como negar como este trabalho compromete sua vida. Pode-se dizer neste caso que não é a profissão que passa a ser parte da vida, mas a vida que passa a ser envolvida pela da profissão. Mesmo quando não está em serviço, o policial está em constante estado de alerta, já que é obrigado pela profissão a estar sempre disponível às necessidade de segurança do Estado, mesmo que isso implique em sacrifício de finais de semana em família, feriados ou férias. Não há uma rotina plenamente estabelecida e, muitos deles, além do trabalho original, são obrigados a realizarem os chamados "bicos", atividades extra-profissionais destinadas a aumentar o orçamento familiar. Apesar destas e muitas outras condições de trabalho complicadoras (e que serão melhor explicitadas no decorrer do trabalho), os olhos da sociedade parecem ainda estar apenas entreabertos para o sofrimento do policial militar, em razão de uma visão às vezes estigmatizada que se tem dele. Diz-se que o olhar está entreaberto porque por meio dele, estes profissionais são vistos de forma muitas vezes generalizada e estigmatizada, sem nuances. O ato de generalizar o comportamento de alguns para todo o imenso contingente de policiais militares dificulta uma visão mais ampla a respeito do sofrimento deste profissional, por existir um estereótipo ligado a seu comportamento onde parece não se incluir o sofrimento. No decorrer deste estudo e, bem verdade, antes de seu início, em razão do interesse pelo tema datar de muito antes, meus ouvidos ficaram mais seletivos a respeito de qualquer assunto que se relacionasse à polícia de forma geral. E por meio desta constatação informal, adjetivos como "agressivos", "folgados", "violentos", "arrogantes", "preconceituosos", "corruptos", "rudes" foram comumente associados à figura do policial, o que sempre me fazia questionar: e todos eles são assim? E aqueles que

não se encaixam neste estereótipo, não cabe a ele uma dose de sofrimento, em razão de ser reconhecido por uma imagem que não corresponde ao que ele verdadeiramente é, além de todas as outras características de sua profissão também causadoras de sofrimento?

Porque ele sofre. Sim, o policial sofre. Ele também é vítima da violência, seja trabalhando, seja quando esconde seu uniforme para que seus vizinhos não descubram sua profissão. Ele também é assaltado em ônibus, lugar onde ele prefere entrar de maneira anônima, mesmo tendo o direito de circular gratuitamente quando fardado. Ele também tem contas a pagar, problemas com a família, também tem medo de morrer. E ele também morre.

Em 2006, época do início deste estudo, a proximidade do policial com a morte e a violência ficou mais uma vez evidente de maneira bastante trágica. O que até então era eventual tornou-se fato notório e numeroso quando uma facção criminosa atuante no estado de São Paulo (PCC – Primeiro Comando da Capital), em ação orquestrada, atacou policiais militares de forma direta e objetiva. Neste período, 29 policiais foram mortos[1], não de maneira indireta, como conseqüência de confrontos, como costumeiramente acontece. Tais policiais morreram porque assim foi planejado, tornaram-se mais do que nunca alvo e, única e exclusivamente por serem policiais, foram alvejados. A população, em choque, parecia não acreditar no que via. O impacto sobre a cidade foi devastador: lojas fechadas, ruas vazias, pânico a solta. O que num instante era uma preocupação

[1] Fonte: Folha Online 17/05/2006 – 17:10. O número não inclui três guardas municipais, oito agentes de segurança penitenciária e quatro civis, também mortos nas ações.

longínqua transformou-se em realidade e caos. Atiraram em nosso escudo. Quem cuida de nós agora?

A sensação de desamparo provocada pelos ataques à força policial foi uma amostra da força e necessidade da polícia como uma instituição estabilizadora. Visualizar aquele que não pode ter medo morrendo parece ter trazido à tona a constatação da vulnerabilidade humana, vulnerabilidade esta que, quando negada, permite ao indivíduo uma vida dita como normal. Aquele que teme a morte durante todo o tempo acaba não vivendo e sua negação, em parte, é pré-requisito para a vida. E aquele que trabalha diariamente com tudo aquilo que queremos negar, em algum momento, pode encontrar em seu caminho o sofrimento decorrente disso.

Por este motivo, mostra-se necessário que se abram portas para este sofrimento, questão que converge com o crescente número de estudos relacionados ao sofrimento do policial militar diante das vicissitudes de sua profissão. Este estudo, além de expor questões importantes a respeito da rotina do policial militar, propõe um olhar mais particularizado a respeito da questão da morte no cotidiano deste profissional, por entender que a "angústia humana básica", como denominou Boss (1981) sobre o sentimento relacionado à morte, é algo que acompanha todo e qualquer indivíduo, incluindo aí, logicamente, também estes profissionais, principalmente por estarem em contato direto e constante com tal temática.

Como premissa básica para a orientação deste estudo, pode-se ter a máxima de Spinoza[1]:

> *"Non ridere, non lugere, neque detestari, sed intelligere"*
> *(Não rir, não lamentar, não odiar, mas sim compreender)*

Tal frase foi escolhida por trazer à tona sentimentos antagônicos, que muitas vezes associam-se à forma como se fala da atuação da polícia. Pode-se pensar que olhar o outro com neutralidade é algo simples, especialmente por se tratar de um estudo proveniente das ciências humanas, onde lidar com a subjetividade e com aspectos qualitativos é parte inerente de boa parte dos trabalhos. No entanto, no decorrer do estudo foi possível notar que recorrer a tal citação não havia sido em vão, já que trata-se de assunto bastante controverso e que costuma suscitar sentimentos ambíguos e, talvez por isso, pouco lapidados. Estas manifestações já me haviam ficado claras à época dos primeiros estudos relativos à temática do sofrimento ocupacional (e pessoal) do policial militar, quando, ainda na graduação, optei por realizar uma monografia de conclusão de curso entitulada "A morte como parceira: considerações acerca da atuação de policiais militares em situações de alto risco". Era pergunta comum à época se o estudo tratava da questão da violência policial ou se não seria melhor ter como sujeitos da pesquisa as "vítimas". Causava surpresa a opção por tratar o policial como "vítima". Em alguns momentos, parecia causar repulsa: "Quem tem arma na mão e coturno no pé não pode ser tratado como vítima. Quem tem poder nunca é vítima", ouvi de um estudante de psicologia, na "VII Mostra de TGI[2] da

---

[1] A frase foi encontrada como epígrafe do livro "A negação da morte", de Ernest Becker, sem referência bibliográfica.

[2] TGI: Trabalho de Graduação Interdisciplinar, nome dado ao trabalho de conclusão de curso na Universidade Mackenzie.

Universidade Mackenzie", onde foi apresentado um pôster sobre o trabalho. Esta e tantas outras reações carregadas de afeto e, talvez por isso, absolutamente desprovidas da neutralidade necessária não apenas à pesquisa, mas também à psicologia de forma geral, de alguma forma, foram responsáveis pelo interesse cada vez maior a respeito do tema. É um tema intrigante, ambíguo, que passa longe da unanimidade, da qual muito pouco se sabe. Mas quem quer estudar o que já se sabe?

A título de ilustração do quão intrigante pode ser este tema, trago uma reflexão, trazida pelo Dr. David Gaspar Ribeiro de Faria e membro da banca examinadora deste estudo, à época do exame de qualificação da dissertação. Na ocasião, ele referiu desconhecer outra profissão na qual o indivíduo, ao iniciar seus trabalhos, conta com um aparato destinado a todos os profissionais que vierem a falecer durante o exercício de seu ofício: um túmulo. O policial militar, população estudada pelo autor em duas vastas pesquisas, ao entrar para a instituição, já tem lugar para ser sepultado. Não se sabe se ele utilizará tal "benefício". No entanto, tal fato é bastante simbólico no sentido de visualizar a presença da possibilidade de morte na vida deste profissional.

Não é intenção deste estudo esmiuçar questões políticas ou de segurança pública, algo que necessitaria de outro enfoque. A frase acima foi escolhida por pregar um desprendimento, uma neutralidade, necessária à pesquisa, de qualquer tipo de preconceito a respeito da atuação do policial, para se ter como foco apenas o seu sofrimento, mesmo que, em muitos momentos, as atitudes de certos integrantes da instituição não mereçam ser compreendidos. Não se trata de uma

tentativa de justificar o injustificável, nem de encontrar motivos *justos* para qualquer comportamento desviante. Trata-se apenas de observar e constatar as dificuldades encontradas por este profissional no desempenho de sua função e as formas como ele pode lidar com isso, bem como das conseqüências de seu ambiente profissional em sua vida como um todo. A intenção deste estudo não é rir, lamentar ou odiar qualquer atitude apresentada pelo policial militar, como costumeiramente se faz em conversas informais ou mesmo como faz a parte da imprensa, inadvertidamente, em suas convicções sensacionalistas. A intenção deste estudo é, ao menos, tentar compreender como tais fatos se organizam na vida deste indivíduo, buscando registros a respeito da forma como a comunidade acadêmica tem tratado do tema.

1.) SOBRE O QUE JÁ SE DISSE DO POLICIAL MILITAR

Segundo Zacharias (1994), data de 1831 a origem da atual Polícia Militar do Estado de São Paulo, quando criou-se um força de contenção e reação a movimentos populares, chamada "Guarda Municipal Permanente da Província de São Paulo". Seguiram-se à criação desta primeira uma tropa auxiliar, que foi abolida em 1866, por conta de problemas com disciplina e ordem. Em 1837 surgiu o primeiro regulamento que estruturava a seleção dos candidatos, que passaram a apresentar atestados de idoneidade moral e política, além de aptidão física condizente com a função.

O período de 1930 à 1969 foi o que mais teve investimentos por parte do Estado na estruturação da Polícia, época em que a carreira policial ganhou substancial status e o número de ingresso de soldados, por opção pessoal, era grande.

O mantenedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo é o Estado, que oferece à população não só o compromisso com a segurança pública preventiva (que se personifica com a Polícia Militar mais do que qualquer outro órgão público), como também outros serviços de necessidade básica.

As características das funções da Polícia Militar configuram a Instituição em uma posição intermediária, entre o poder executivo do Estado e as diversas

estratificações da população em geral. O autor ressalta que, desta posição, surge uma complexa rede de problemas, que podem ser divididos em dois grupos: os internos, relacionados à estrutura, comando e administração e os ligados à problemas de relacionamento com a comunidade que serve.

Esta posição de contato direto com a comunidade, muitas vezes, pode ser vivenciada de forma incômoda pelo policial, principalmente aquele que está diretamente ligado à população em geral: nas ruas, eles estão mais predispostos à hostilidade que é eventualmente é reservada aos policiais, o que muitas vezes, pode trazer um círculo vicioso de atitudes, onde a ação de um tem o poder de maximizar ainda mais a hostilidade do outro. Talvez esta seja uma das grandes preocupações da Polícia Militar atualmente, pois a imagem da instituição que parece ter sido estabelecida pela população em nada indica ser favorável ao apoio e compreensão dos atos destes profissionais.

A hostilidade da população à ação da Polícia parece ser notória desde os seus primórdios e encontra ainda mais reforço quando analisa-se casos onde a truculência e o abuso do poder são evidentes na ação policial. Por mais que o trabalho policial seja difícil e sujeito a toda sorte de reações inesperadas, não se pode negar os fatos evidenciados pela mídia, retirando-se, logicamente, as conotações sensacionalistas e parciais.

Ainda segundo Zacharias (1994), o processo de seleção para policial masculino está constantemente aberto, já que o número de vagas existentes para a função excede o número de candidatos que se inscrevem. Dos que iniciam-se na

carreira militar, muitos desistem já na escola preparatória, quando não se acostumam ao padrão militar e outros apresentam a inadaptação mais tarde, quando são transferidos para postos administrativo-burocráticos ou pedem baixa da corporação.

De acordo com o autor, este movimento de entrada e abandono da corporação traz grandes dificuldades em questões como gasto com material e pessoal, ou ainda, pela instabilidade quanto à quantidade de pessoas que se pode efetivamente contar em serviço. Faz referência, também, às dificuldades relacionadas à resistência a uma forte pressão psicológica enfrentada pelo policial, ocasionada, principalmente, pelo trabalho de alto risco que o profissional enfrenta.

A questão do mal-estar psicológico ocasionado pelas vivências profissionais do policial militar parecem ser claras. Há muito fala-se sobre os efeitos da violência na população geral, em como a sensação de insegurança pode provocar reações psicológicas graves. No entanto, quando voltamos este olhar ao profissional que trabalha diretamente com esta temática, foi possível constatar que os estudos tornam-se mais escassos, apesar do significativo aumento de publicações com esta temática a partir de 2000, coincidindo com a chegada ao Brasil de uma importantíssima coleção de obras relacionadas à polícia, entitulada "Polícia e Sociedade", editada pela EDUSP. Antes disponível apenas em inglês ou francês, trata-se de onze volumes, cada um com uma temática própria, onde são discutidos aspectos técnicos a respeito de questões de segurança pública e seus

desdobramentos na sociedade como um todo, incluindo aí um volume bastante interessante sobre os aspectos do trabalho do policial militar[1].

Segundo Graeff (2006), os policiais costumam ser invariavelmente descritos na literatura como um grupo bastante arredio ao olhar externo. A desconfiança, ferramenta de trabalho tão útil e necessária para esses profissionais, parece freqüentemente extrapolar os ambientes de trabalho e acaba sendo exercitada nas mais diferentes esferas de interação social. Tal constatação permite que se pense nas dificuldades encontradas por pesquisadores (ou até mesmo de integrantes de seu círculo social) em entrar em contato efetivo com as questões psicológicas conflitivas destes profissionais, o que poderia ser visto como uma das explicações para a escassa produção acadêmica relativa a esta área. A psicologia, no entanto, permite que se reconheça o sofrimento no indivíduo, mesmo se este não fala dele. Não há como negar, portanto, que as condições psíquicas destes profissionais constituem-se como um campo fértil para a produção científica, o que, paradoxalmente, não vem ocorrendo com regularidade.

Ainda refletindo sobre as dificuldades para entrar em contato com o sofrimento psíquico destes profissionais, encontra-se um estudo de Fraga (2008), que versa sobre as representações sociais dos acidentes de trabalho ocorridos na Polícia Militar. Com o sugestivo título "A Polícia Militar Ferida", a autora refere que o simbolismo do fracasso que permeia um acidente de trabalho entra em choque com a cultura militar instituída para o culto do saudável, do forte e do

[1] BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 8. Organização: Nancy Cárdia).

herói. Segundo a autora, no momento em que um policial vivencia um acidente de trabalho, as marcas deste evento acabam por atingir não apenas a vítima, mas estende-se também à esfera familiar, à Polícia Militar como um todo e à sociedade.

Exemplificando a extensão do acidente de trabalho às diversas esferas citadas, a autora refere que a família sofre com as diversas perdas inerentes ao acidente em si (o afastamento do policial do trabalho, as implicações em sua saúde física e mental, a eventual redução orçamentária, a adaptação à nova dinâmica familiar) e com a busca de direitos relativos aos acidentes deste nível. Em muitos casos, prossegue a autora, tanto a família como o próprio policial atingido desconhecem o teor e a amplitude da legislação acidentária e os meios de orientação para conseguir efetivá-los, o que pode dificultar suas relações familiares e, em muitos casos, sua sustentação financeira.

No âmbito da Polícia Militar como instituição, um acidente de trabalho impõe uma diminuição no número de profissionais atuantes, o que proporciona um atuação com reduzido número de agentes e, com isso, fragiliza sua própria imagem diante da sociedade, já que aquele que protege está ferido, algo que legitima a vitória do agressor, do criminoso. Uma vez ampliada esta fragilização como organização que presta serviços de segurança pública, conseqüentemente a sociedade se sente ainda mais insegura diante da exposição ampliada de riscos da violência cotidiana.

Ampliando tais impressões para além das questões relativas aos acidentes de trabalho propriamente ditos e voltando-as às situações de sofrimento psíquico, o foco principal deste estudo, pode-se pensar que a citada "cultura do saudável, do forte, do herói" pode ser também imperativa no sentido de impedir que venham à tona pensamentos e sentimentos relacionados à situações conflitivas.

Situações conflitivas, sabe-se, que podem surgir diante do cotidiano conturbado, do constante e necessário estado de alerta e da necessidade de mostrar-se sempre forte, como se espera de alguém que tem como profissão proteger e resguardar a segurança do outro. Diante de tal cenário, cabe o instigante questionamento levantado por Balestreri (1998): "a polícia é chamada a cuidar dos piores dramas da população e nisso reside um componente desequilibrador. Quem cuida da policia?".

A seguinte tipologia, descrita por Silva (1999), major da PMESP, estabelece quatro estágios da carreira dos policiais. Esta tipologia foi desenvolvida por Violanti (1993) , em um estudo sobre os padrões de estresse no trabalho policial, tendo sido citada pelo major em sua monografia do Curso de aperfeiçoamento de Oficiais. A reprodução abaixo foi feita exatamente como encontrada na monografia:

Estágio de Alarme – 0 a 5 anos de trabalho. O estágio de alarme ocorre no trabalho policial durante os primeiros cinco anos. Este comportamento pode ser equiparado ao choque da realidade, uma constatação pelo PM recruta de que o trabalho real de polícia é bem diferente daquele aprendido na escola de formação

policial. O estresse deve crescer durante este estágio, à medida que o jovem policial vai sendo exposto ao trabalho da vida real. Primeiro, o policial novato nunca experimentou o trabalho real e está atônito com cenas como cadáveres, tiroteios, acidentes com pessoas sofrendo. O PM percebe as exigências do trabalho real de polícia como um fardo para sua capacidade pessoal de reação.

Estágio de Desencanto – 6 a 13 anos de trabalho. O estágio de desencanto geralmente ocorre durante o sexto ano e continua até o meio da carreira. É uma extensão do choque da realidade experimentado nos primeiros cinco anos. As noções idealistas acalentadas na escola de formação de polícia tornam-se cada vez mais distantes da realidade durante este estágio. É um tempo de amarga decepção para muitos policiais, uma constatação de que as pressões e exigências da organização policial ultrapassam de longe sua capacidade de reagir com êxito. O PM fica desencantado com a falta de apreciação do seu trabalho. Muitos adotam o cinismo como um mecanismo de adaptação. O estresse continua a aumentar durante este estágio, num nível acima em relação ao estágio de alarme. Os policiais têm uma sensação de fracasso pessoal, por se sentirem incapazes de lidar com as exigências do policiamento. O PM se sente ineficaz em relação ao crime, à sua própria carreira e ao bem comum.

Estágio de Personalização – 14 a 20 anos de trabalho. No estágio de personalização o policial começa a colocar uma nova ênfase nas metas pessoais, em detrimento das metas de trabalho. Constata-se que esta espécie de deslocamento de metas é comum depois do meio da carreira. O policial pode não se preocupar com as exigências do policiamento. É possível que, ao se aproximar

do meio da carreira, suas idéias sobre o que é importante mudem. O fracasso nas tarefas e ocorrências policiais são menos importantes do que em estágios anteriores. A menor exigência do trabalho e o reduzido medo do fracasso irão contribuir para o decréscimo do estresse.

Estágio de Introspecção – 20 anos ou mais de trabalho. O estágio de introspecção é um tempo de reflexão para os policiais saudosistas que recordam os primeiros anos da carreira como os velhos bons tempos. É uma época em que os PMs estão de algum modo mais seguros nos seus empregos. Parecem preocupar-se menos ainda com as exigências do trabalho e com o fracasso. Neste estágio os policiais acham e sabem que o trabalho ficou fácil. É provavelmente a época menos estressante da carreira policial, que continuará a diminuir durante o estágio de introspecção.

Os estágios descritos acima descrevem uma considerável mudança de postura diante da vida e do trabalho ao longo dos anos na instituição. Se, num primeiro momento, o ponto principal da vida do policial militar passa a ser sua relação com o trabalho e, conseqüentemente, do estresse ocasionado por ele, mais adiante, ele passa a ter um outro olhar para sua vida pessoal, que provavelmente ficou relegada a um segundo plano quando sua relação com o trabalho e com os problemas decorrentes dele eram mais evidentes. Parece que, seja por conseqüência do amadurecimento ou do apaziguamento das fontes de estresse, o policial militar vai desenvolvendo estratégias, conscientes ou não, para lidar com seu cotidiano atribulado, a ponto de, em certo momento, seu trabalho tornar-se mais ameno, mesmo que as circunstâncias sejam as mesmas.

Vale lembrar também que, coincidentemente, os estágios descritos como mais "estressantes" (estágios de alarme e desencanto) são provavelmente aqueles em que o policial militar se depara com situações mais delicadas e angustiantes, já que, por razões de hierarquia, a probabilidade deste jovem policial estar na linha de frente dos conflitos é muito maior. Com o passar do tempo, as chances de um policial com anos de trabalho embrenhar-se em situações de perigo extremo vão diminuindo consideravelmente, seja pelo amadurecimento e conhecimento mais aprofundado de técnicas e condições de trabalho, seja pelo direcionamento ao trabalho administrativo, quando o policial sai das ruas e passa a cumprir sua carga horária de trabalho realizando serviços burocráticos dentro dos batalhões.

Em seus estudos sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Minayo e Souza (2003) analisaram as condições de trabalho, a saúde e a qualidade de vida desses servidores públicos, apontando, dentre outros achados, que a categoria toda está exposta, sobretudo fora dos locais de trabalho, pois o ofício de policial é uma profissão de risco, e é percebido e vivenciado por seus agentes desta forma.

O policial militar em sua atividade cotidiana se depara com os mais diversos tipos de situações, muitas delas desfavoráveis, permeadas de violências. Talvez a violência maior e pouco visível seja aquela tão bem descrita pelas mesmas autoras, que é a de viver numa "profissão-perigo", podendo ser morto a qualquer momento. O risco inerente ao trabalho, que os coloca numa situação de incerteza e tensão permanentes, é algo que acompanha o policial em qualquer situação, inclusive fora dos horários e locais de trabalho, já que este é facilmente identificado pela farda que veste. Mais do que isso, mesmo aqueles que não

estiverem fardados acabam por sofrer com a sensação de insegurança, com a necessidade institucionalizada de não *abaixar a guarda*, em instante algum.

Sobre esta característica da atividade do policial, Pinto (2000) afirma que em nenhuma outra profissão o trabalhador se dedica tão integralmente como o faz o policial militar, já que, por imposição legal, o mesmo deve ficar à disposição de seu trabalho permanentemente. Mesmo quando em folga, o policial pode ser chamado a qualquer momento e, se isto acontece, sua única opção é apresentar-se, correndo o risco de sofrer sanções disciplinares caso não o faça. Pode-se pensar que nesta situação, além da evidente questão psicológica, que coloca o profissional numa percepção de tensão e alerta o tempo todo, muito provavelmente seus horários de folga serão diferentes dos de seus filhos, parentes e amigos, o que impõe uma restrição de suas relações sociais aos seus colegas de trabalho.

A título de ilustração, Moreira et al (1999) descrevem que uma particularidade da profissão é o fato destes profissionais, independente de dia ou horário, serem acionados por seus vizinhos para a resolução de qualquer problema. Tal situação pode ser agravada pelo fato de o policial lidar constantemente com o que a sociedade insiste em esconder, excluir e negar: morte, assassinatos, estupros, brigas, assaltos, miséria, falta de condições básicas de saúde, de vida e de dignidade da população. Ou seja, os autores referem que o ambiente profissional do policial, repleto de mazelas, acaba por estender-se por toda sua vida, estando ele fardado ou não. Constata-se, desta forma, uma grande

carga de sofrimento mental, visto que eles carregam consigo, durante todo o tempo, as preocupações, angústias e medos provenientes do trabalho.

Faria (2000) considerou estas situações, juntamente com as peculiaridades da cultura organizacional da qual faz parte o policial militar, como fatores preponderantes para uma maior produção de efeitos estressantes. O autor ainda esclarece que tais fatores, por não serem facilmente separáveis e quantificáveis, aumenta a relevância de estudos desta natureza, citando Cathala (1975) para embasar esta afirmação. Cathala refere-se à Polícia como uma instituição mal conhecida, seja quando se fala sobre aspectos técnicos de seu trabalho, como também quando se observa as dificuldades encontradas pelos profissionais para desempenhar as atividades que lhe são atribuídas. No entanto, apresenta como uma questão paradoxal o fato desta ignorância se dar na instituição que, mais do que qualquer outro serviço público, estabelece um contato mais próximo da população.

Segundo Consul (2005), diversos estudos demonstram que o policial, como membro de uma sociedade, se sente só e afastado da população. O autor embasa tal afirmação citando um estudo de 2002, realizado pelo Instituto de Pesquisa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em parceria com o Programa de Pós-Graduação da UFRGS, entitulado “O Significado do Trabalho na Brigada Militar”. Tal estudo encontra arquivado, sem publicação, no citado instituto de pesquisa e versa sobre a percepção dos policiais militares daquela região a respeito do sofrimento psíquico decorrente de sua profissão. Ainda sobre este tema, o autor refere ser freqüente entre os policiais a queixa da falta de respeito,

cooperação e compreensão de seu trabalho, seja por parte da população como das autoridades públicas. O texto também faz referência ao fato de policiais militares comumente sentirem-se incompreendidos pela sociedade, por julgarem que esta não os reconhece como uma organização a serviço de sua segurança. Descreve ainda, embasado em suas percepções pessoais, provenientes do contato direto com policiais militares no decorrer da elaboração do estudo, que uma justificativa encontrada por estes profissionais para a reação hostil da população estaria fundamentalmente baseada em distorções veiculadas pela mídia, que eventualmente divulga versões não condizentes com a realidade total da instituição, o que colocaria a opinião pública contra eles.

Convergente com o explicitado por Consul (2005), encontra-se Ely (2007), apresentando que freqüentemente encontra-se a atuação dos policiais sendo veiculada pela mídia, ora mostrando ações de combate ao crime – colocando-os no lugar de heróis – ora mostrando-os como vilões, que se corrompem ou matam inocentes. A autora baseia-se em estudo de Spode e Merlo (2005), e refere que o trabalho policial ocupa, portanto, um território de controvérsias, no qual se gera uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela.

Consul (2005) também disserta sobre a condição ambígua em que vive o policial, referindo que diante de tantas possibilidades que a vida apresenta a cada indivíduo, o cotidiano policial parece ser um dos mais contraditórios, incertos e, ao mesmo tempo, atraente. O autor cita que, da mesma forma que é possível a

qualquer pessoa crescer com a imagem do policial herói, do policial intocável pelas mazelas sociais, daquele policial que os filmes mostram como alguém com uma "terceira visão", capaz de misticamente solucionar qualquer situação que se apresente, no outro extremo, pode-se crescer com o imaginário do policial arbitrário, do grande perigo dos mais necessitados. Refere ainda o autor que, por certo, inúmeras vezes é esquecido o fato de que no centro de todas estas idealizações, há um policial que, paralelamente à satisfação de alcançar alternativas eficientes e eficazes em alguns casos, convive, diariamente, com a frustração, a impotência, o medo, a raiva e a angústia; que sofre, que chora, que se indigna ante a impossibilidade de atender às súplicas de seus iguais.

O surgimento destes afetos, que podem vir à tona diante de qualquer ocorrência da qual o policial participa, faz lembrar que, conforme escreveu Faria (2006), além de administrar seus próprios sentimentos, o profissional de segurança pública acaba sendo também um depositário das emoções das pessoas envolvidas, sejam elas vítimas ou não. Há de se pensar que, naturalmente, os sentimentos dos envolvidos em ocorrências as quais cabem a ação da Polícia, habitualmente, não são os mais amenos, o que coloca o policial em situações onde a tônica costuma ser a tensão e a violência. Seja quando diante de ocorrências graves, como homicídios ou seqüestros, seja para apartar os ânimos de uma briga no bar da esquina, o policial é chamado quando a ordem foi colocada à prova, o que pode ser considerado estressante por si só. Mesmo quando seu trabalho determina bons resultados, o caminho percorrido pelo profissional até o desfecho contém grande dose de questões conflitivas, o que aumenta consideravelmente sua vulnerabilidade ao estresse ocupacional, como também descreveu Faria (2000).

O estado da arte do conhecimento encontrado nas publicações com esse enfoque, permite que se façam algumas pontuações sobre o trabalho no ambiente policial. Começando por entender as motivações para o ingresso nessa carreira, percebe-se que, apesar de não ser possível precisá-las com exatidão – por se diferenciarem em critérios individuais e aspirações diversificadas – ainda assim, parecem existir fatores comuns que determinam a escolha pela área policial (Bourguignon et al, 1998).

Bourguignon et al (1998), ao realizar estudo com policiais civis do Espírito Santo, ressalta que se deve atentar para a atração que a imagem de ser policial desperta nos indivíduos, representação esta construída a partir da atuação de personagens em filmes. Alem disso, existe a motivação gerada pela necessidade de sobrevivência, justificada pelos salários que atualmente são bastante atrativos para a maioria da população. Acrescenta-se, ainda, o fato de que históricos de familiares na carreira policial despertam o interesse ou a aproximação com a área, por intuir um sentimento de familiarização com a polícia. Por fim, não se pode esquecer que a vocação também é um elemento incentivador para o ingresso na carreira policial.

Por outro lado, destaca-se que a opção pelo trabalho na polícia coloca o indivíduo numa exposição institucional e não acidental ao risco. Risco que, nesse caso, tem um duplo sentido: *"combina a visão epidemiológica e a visão social: a primeira lhe dá parâmetros quanto a magnitude dos perigos, os tempos e locais de maior ocorrência de fatalidade; a segunda, responde pela capacidade e até*

pela escolha profissional do afrontamento e da ousadia" (Minayo e Souza, 2003, p. 207).

Ainda segundo Minayo e Souza (2003), como um elemento intrínseco da profissão, o olhar sobre o risco deve ser ampliado para além do ambiente de trabalho, uma vez que ele pesa também sobre a pessoa que assume a identidade e incorpora a instituição. Além disso, o risco pode ser tanto vivenciado em situações reais, quanto estar presente apenas nas representações que o trabalhador cria.

As autoras observaram no caso estudado – Policia Civil do Rio de Janeiro – que o risco é muito mais intenso nas áreas operacionais, mas que a sensação de exposição também aparece com destaque entre os trabalhadores da área técnica e administrativa. As autoras concluem que o risco mais percebido e temido é a possibilidade de ser atingido por arma de fogo, mas que, em geral, a sensação de exposição aos riscos da atividade são sempre maiores do que as situações vivenciadas. Por conseguinte, nota-se como comuns sensações dessa natureza conduzirem os trabalhadores a um comportamento de reclusão, pois muitos, especialmente quando não estão em seus espaços de trabalho, tentam manter o sigilo em torno da sua identificação policial:

> [...] mesmo que as situações objetivas não se afigurem tão perigosas, no nível da representação, o ofício de policial é percebido e vivido como um grande risco. Assim, por processo metonímico ou não, o risco é um eixo estruturado e estruturante do ser policial, fazendo com que seu local de trabalho, sua vida, suas relações de trabalho, material e simbolicamente, se configurem como espaços de perigo, podendo trazer

> conseqüências reais e danosas para a sua saúde física e mental (Minayo e Souza, 2003, p. 226).

Um dos pontos chaves quando se analisa a policia é lembrar que o trabalhador tem à mão um instrumento diferenciado de trabalho – a arma de fogo – cujo uso é um fato consagrado e legitimado no mundo todo (Spaniol, 2005). Essa prerrogativa, porém, coloca o trabalhador numa condição ambígua de poder e vulnerabilidade.

Estudos feitos por Spaniol (2005), também citados por Ely (2007), com policiais militares do Rio Grande do Sul, lembram que o trabalhador precisa dominar a forma de utilização desse instrumento de trabalho, bem como, estar apto para distinguir o momento ideal de usá-lo. Segundo autora, a atividade policial, que em geral exige atenção em ações caracterizadas por tensão e pressão, e realizada por um ser humano, que se esconde atras do representante da função institucional de policial. Esse indivíduo possui uma "história pessoal, sentimentos e desejos que estão sempre expostos a várias situações que exigem preparo físico, técnico e psicológico. Também é importante o entendimento dos fatores culturais, políticos e sociais em que este se encontra inserido. Assim:

> Pensando o ofício policial a partir dessa perspectiva, não é difícil deduzir que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho e marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes. (Spode e Merlo, 2005, p. 86).

As situações vulnerabilidade que podem dar margem ao surgimento de sofrimento psíquico, no entanto, podem não ser percebidas pelos indivíduos, ocasionando uma série e problemas em sua saúde. Minayo e Souza (2003) referem que um "mal-estar inespecífico", pode ser transformado em doença em razão de sua intensidade e cronicidade. Não se pode negar que as palavras utilizadas pelas autoras cabem perfeitamente à rotina policial: tanto a intensidade aumentada, como a cronicidade dos conflitos são problemáticas constantes na vida deste profissional.

De acordo com Dejours (1994, p. 29), "quando a relação do trabalhador com a organização é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando sentimentos de desprazer e tensão". Desta forma, ainda segundo o mesmo autor, aquilo que inicialmente enquadra-se como um estado de fadiga, quando evoluir para patologias mais graves, pode variar entre duas modalidades: *"a descompensação psiconeurótica ou a descompensação somática. A sobrecarga psíquica produzira um delírio, quando se trata de uma estrutura psicótica; uma depressão, quando se trata de uma estrutura neurótica; ou uma doença somática, se existir uma desorganização mental"* (p. 29)

Reitera-se que ambientes de trabalho com características como as encontradas nessa organização costumam funcionar como "mediadores da desestabilização e fragilização da saúde" (Dejours e Abdouchelli, 1994), que, dependendo da historia singular do sujeito, incorre ou não no desenvolvimento da patologia.

É importante relembrar que o sofrimento psíquico pode se manifestar também de forma somática, nem sempre elaborada com clareza pelo indivíduo. Esse dado traz a indicação de que é comum o sofrimento, ou mesmo a doença mental, não aparecer em sua totalidade quando dimensionada em números, uma vez que o sofrimento com afastamento do trabalho pode se dar por licenças que não estão contabilizadas no grupo dos Transtornos Mentais.

A pesquisa desenvolvida por Minayo e Souza em 2003, com policiais civis do Rio de Janeiro concluiu que 20,2% dos policiais tinham resultado indicativo de sofrimento. Já Bourguignon et al (1998) encontraram uma freqüência ainda mais elevada, indicando sofrimento em 36,92% dos policiais civis do Espírito Santo. Outro dado interessante, apontado pelo estudo de caso desenvolvido por Brant e Minayo-Gomez (2005), revela que uma das características do sofrimento naquele meio é a sua negação pelos trabalhadores. Não só o sofrimento é associado à idéia de fraqueza, como também qualquer licença médica:

> [...] implicaria não apenas deixar de exercer uma atividade dura e pesada, mas também se distanciar do espaço publico como parte de uma cultura essencialmente masculina. [...] Ficar em casa torna-se, então, sinônimo de inutilidade, e suscita antigos conflitos familiares, encobertos pela permanência cotidiana longe do ambiente doméstico. (Brant E Minayo-Gomez, 2005, p. 948).

Segundo Ely (2008), não se pode esquecer que num ambiente policial, composto predominantemente por homens, viria à tona a hipótese da associação

do sofrimento com a idéia de fraqueza masculina. Assim, o servidor homem tenderia, ou a se tornar resistente à busca pelo tratamento, ou a esconder do grupo atitudes nesse sentido, especialmente porque no meio policial, onde a manipulação de armas de fogo é uma constante, essa atitude de ocultamento serviria também como estratégia de defesa contra rotulações negativas.

Diante de tantas problemáticas, de tantos conflitos, velados ou não, finaliza-se este capítulo voltando ao já citado Balestreri (1998): Quem cuida da policia?

2.) SOBRE A VIOLÊNCIA, QUE INVADE E MATA TAMBÉM O POLICIAL

Segundo Fraga (2008), ao delimitar a violência e sua relação com a área de saúde e trabalho, para posteriormente focalizar as suas expressões visíveis e invisíveis na questão do acidente de trabalho na Polícia Militar, faz-se necessária uma compreensão do seu conceito, de sua complexidade, e entendê-la, essencialmente, como uma expressão da questão social, com raízes históricas, culturais e estruturais. É essencial, preliminarmente, ultrapassar uma abordagem reducionista do fenômeno da violência, originalmente ligada à segurança pública e ao Direito Criminal.

Este, no entanto, é um caminho lento e difícil (Minayo, 2004), somente assumido oficialmente no Brasil na década de 90 do século passado. Um marco de fundamental importância nessa discussão, é que a Organização Mundial de Saúde já reconhece a violência como um problema social com grandes preocupações para a área de saúde, considerando que ela afeta a saúde e pode provocar inclusive a morte (OMS, 2002).

Segundo Costa (1986), a violência é uma ação destrutiva que porta a marca de um desejo; "*é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional*" (p. 30). Ele complementa: "*É porque o sujeito violentado (ou o observador externo à situação) percebe no*

sujeito violentador o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta" (p. 30).

Souza (1993) refere que, historicamente, a violência foi mais comumente identificada como sinônimo de criminalidade e, por isso, quase que objeto de reflexão exclusiva das ciências jurídicas. Só mais recentemente é que ela passou a ser incorporada de forma mais sistemática por outras áreas do conhecimento. Seus contornos, enquanto objeto de investigação científica, passam, então, por sucessivos redelineamentos e vão, aos poucos, construindo uma visão mais ampla e multifacetada do objeto. Se, por um lado, algumas áreas do conhecimento vêm tentando desvendar determinados aspectos da violência encobertos nas práticas sociais (demonstrando uma maior consciência do problema, também em virtude dos seus crescentes índices), por outro, persistem as reflexões que a vinculam unicamente à delinqüência.

Enfocando-se a discussão da violência no campo da saúde, encontra-se em o Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES), instituição com uma preocupação intensa em articular a questão da violência à saúde; pode-se mesmo afirmar que o grande mérito desse grupo talvez seja a luta em ampliar a questão da violência para além da segurança pública e do Direito Criminal.

Segundo Minayo e Souza (2003, p. 17): *"[...] a violência, em si, faz parte das grandes questões sociais, sendo o setor da saúde um tambor de ressonância das resultantes desse fenômeno."* Nessa perspectiva, é preciso conceber a

violência como um fenômeno social e, como tal, não restrito à área policial. Sendo assim: *"[...] possui um conteúdo político essencial e encerra enorme sentido prático"* (MINAYO, 1992, p. 258). Para a autora, o conceito de violência enseja um conteúdo qualitativo de definição de situação cultural, uma vez que cada sociedade e cada grupo social pensa e vivencia o fenômeno dentro de seu quadro particular de realidade concreta e de valores. Nessa ótica, cada situação deve ser histórica, social e culturalmente analisada:

> [...] cremos que não são apenas os problemas de natureza econômica, portanto a pobreza, que explicam a violência social, embora saibamos que elas são fruto, causa-efeito, elemento fundamental de uma violência maior que é o próprio modo organizativo-institucional-cultural de determinado povo. Ao escolher os que "são" e os que "não são", a sociedade revela sua violência fundamental. (Minayo, 1992, p. 262).

Outro aspecto salientado por Minayo (1992) refere-se ao fato de que não se pode escapar à violência nas sociedades, posto que não se tem notícias de sociedade sem violência. Ela é uma construção histórica que reflete a própria sociedade que a engendra. Sendo assim, pode-se pensar a violência imbricada em diversas ramificações da sociedade, como uma rede, na qual é possível reconhecer que a violência estrutural possibilita fronteiras à violência de comportamento.

Em suas reflexões, Faleiros (2001) e Minayo (1992) advertem para a necessidade de se considerar as manifestações da violência em suas formas concretas, para não se correr o risco de cair numa explicação formal e genérica, em uma das armadilhas deste cotidiano. Dentre tais situações, Faleiros (2001)

chama a atenção para a magnitude da violência urbana, questão crucial para o trabalho da polícia.

Em estudo recente, Minayo e Souza (2005) referem que, comparativamente, a Polícia Militar apresenta taxas de mortalidade por violência 13,34 vezes maiores do que a da população geral. E mesmo quando comparadas às taxas de outros órgãos de segurança pública, como a Guarda Municipal ou a Polícia Civil, ainda assim a possibilidade de morte violenta entre estes profissionais é a mais incisiva. Ainda neste estudo, são encontrados dados que revelam quão angustiante pode ser a vida daqueles que estão na linha de frente dos confrontos: o número médio de praças com agravos à saúde que exigiram afastamento é mais de 20 vezes o número de oficiais. Mesmo tais *agravos à saúde* não estando relacionados apenas às situações de violência explícita, não deixa de ser emblemático notar que, de fato, os profissionais que encontram-se mais próximos à violência e à morte são aqueles que mais adoecem.

Em resumo, a importância da inserção da categoria violência na área da saúde pode ser sintetizada na contribuição de Minayo (2004) quando refere que a violência é, antes de tudo, uma "questão social" com grandes reflexos no campo da saúde por duas razões básicas:

- primeira, pelo impacto que provoca na qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico hospitalares;

- segunda, pela concepção ampliada de saúde, a violência é objeto de inter-setorialidade, na qual o campo médico-social se integra.

3.) SOBRE UMA CONSEQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA: O ENCONTRO DO POLICIAL COM A MORTE

"E se somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
Morremos de morte igual,
Mesma morte severina:
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte
De fome um pouco por dia."

(João Cabral de Melo Neto, Morte e Vida Severina)

Não se trata de exagero citar o aclamado texto de "Morte e Vida Severina" no início destas considerações sobre a rotina do policial militar. Retirando-se da leitura o conteúdo poético, o texto de João Cabral de Melo Neto aproxima-se, e muito, da vida diária de muitos profissionais de segurança pública. Os "Severinos Militares", aqueles que estão sempre vestidos à caráter, sempre padronizados e, não raro, sempre qualificados com os mesmos adjetivos generalizados, ou seja, "iguais em tudo na vida", também podem ter sua expectativa de vida reduzida, conseqüência do trabalho insalubre, também podem ser pegos em "emboscadas", conseqüência da proximidade com os criminosos (estejam estes criminosos em pontos de tráfico ou na própria Corporação Militar) e também podem morrer "de

fome um pouco por dia", conseqüência direta da má remuneração a que são submetidos.

Quando se trata de uma instituição como a Polícia Militar, em que convivem os mais diversos tipos de indivíduos e onde suas responsabilidades incluem, necessariamente, questões de âmbito social importantíssimo, torna-se crucial avaliar como qualquer tipo de estrutura ou vestígio psíquico interfere no contexto pessoal e profissional, a fim de melhor compreender os comportamentos e atitudes, além de determinar com mais precisão onde podem ser feitas intervenções que venham a melhorar tanto a vida do indivíduo que nela trabalha, como da sociedade em geral.

Propor discussão a respeito da Polícia Militar quase sempre se torna um trabalho espinhoso, por colocar em xeque fatores negativos que, em muitos casos, são explícitos, mas que encontram consideráveis dificuldades em sua solução, o que impede que sejam tomadas atitudes mais rápidas e eficientes com a finalidade de se obter melhorias. Questões administrativas, governamentais, sociais ou psicológicas, todas elas acabam por ter seu ápice problemático quando vêm à tona sem suficiente elaboração, por intermédio daquele que coloca-se frente a frente com a população e com o crime: o policial militar. Todos os problemas enfrentados por estes profissionais serão necessariamente vivenciados também por aqueles que precisam de seus serviços, ou seja, a população em geral. Seja por meio do cuidado, do heroísmo, da violência ou do descaso, as condições em que estão inseridos tais profissionais têm ampla relação com a forma como estes lidarão com seu trabalho nas ruas. Por estes motivos, torna-se crucial lançar um

olhar às vivências destes indivíduos, que num mesmo dia podem ser heróis ou bandidos, podem ser amados ou odiados e, principalmente, podem matar ou morrer.

Em seu estudo sobre o policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade, Menandro (1996) refere ser impossível deixar de reconhecer, na vida deste profissional, o fato de uma dura realidade se impor ao seu cotidiano, em termos de remuneração e condições de trabalho. Em concordância com o autor, acrescentam-se muitos fatores, sendo um deles a proximidade destes indivíduos com a morte, própria ou de outros.

Segundo Murta & Trócolli (1998), bombeiros e outros profissionais que lidam com situações de emergência em saúde estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de estresse no trabalho. Citando um estudo realizado com 161 bombeiros americanos (Outtlinger, 1998[1]) os autores apontam como principais fontes estressoras a *morte ou o acidente com colegas de trabalho em serviço*, a prestação de ajuda a pessoas jovens seriamente feridas ou mortas e o enfrentamento de problemas sobre os quais não se tem controle e que continuam existindo sem que providências sejam tomadas por outros para minimizá-los.

Chama a atenção o fato que das três principais fontes estressoras citadas pelos autores, duas delas relacionam-se diretamente à morte, seja de si ou do outro. Pode-se deduzir, portanto, que se trata de questão presente no imaginário

[1] Outtlinger, J. M. (1998). *Stress and firefighters: An exploratory study.* Dissertation- Abstract-International, 58 (8-B), 4503, S: 0419-4217. O estudo foi citado pelos autores, mas não consultado para esta pesquisa.

deste profissional, de forma institucionalizada e não eventual, como já referiu Minayo E Souza (2003).

Segundo Feifel e Nagy, citados por Kovács (1992, p. 14) *"nenhum ser humano está livre do medo da morte, e todos os medos que temos estão, de alguma forma, relacionados a ele"*. Diante disto, pensar na atividade do policial militar, que confronta-se diariamente com esta possibilidade no exercício de sua função, pode precipitar uma série de questionamentos, relacionados à forma como tal situação se estrutura na vida do indivíduo que está por trás do uniforme. Do indivíduo que, ao colocar a farda, insere-se numa posição paradoxal, já que lhe é conferido o poder de proteger e de matar.

Morin (1977) escreve sobre esta ambigüidade quando se refere a um estado de guerra, estado este capaz de alterar a concepção da morte pelos indivíduos:

> "O homicídio, na medida em que acompanha a luta de morte, na medida em que está implícito na guerra, implica igualmente o risco de morte. Para matar, é preciso arriscar-se a ser morto. (Morin, 1977, p. 66)

Seguindo o raciocínio do autor, pode-se dizer que quando o proteger passa pelo matar, passa também pelo morrer. A farda do indivíduo que protege é a mesma que o coloca como alvo, que o identifica e o deixa vulnerável às violências, agora não mais como cidadão comum, mas como inimigo a ser eliminado. Diferencia-se do cidadão comum porque este tem a opção de correr, se esconder, preservar a sua vida. Ao policial em campo, este preceito

demasiadamente humano é negado, ao ponto que seu ofício exige que se corra contra o fogo à queima-roupa, como um soldado diante da guerra.

Becker (1973) recorre à Freud ao apontar o narcisismo como mola-mestra de tal atitude: o homem, confiante e seguro graças à sua condição narcísica, não acredita realmente que vá morrer, já que o inconsciente não conhece a morte nem o tempo: naquele instante, ele se sente imortal. Tal negação do humano (que morre) abre a possibilidade para o indivíduo enfrentar as mais adversas situações, mas também pode colocá-lo diante de acentuado risco de forma freqüente e real, sem que haja uma preocupação com a preservação da vida (já que tal necessidade de preservação torna-se dispensável, levando-se em conta que no imaginário daquele que está em situação de negação, a possibilidade de morte não existe).

Associar o conceito de narcisismo ao estudo do comportamento do policial militar implica, num primeiro momento, pensar a respeito de uma condição fortemente ligada a vivência narcísica: a auto-estima. Segundo Zimermann (2000), entende-se por auto-estima o conjunto de idéias e sentimentos que o indivíduo tem por si mesmo, o que lhe garante maior ou menor autoconfiança e auto-respeito. Além de elementos psíquicos arraigados nas vivências narcísicas infantis, a auto-estima está atrelada também à ilusão de onipotência, que é ou não corroborada pela experiência: a realização (ou não) do que é estabelecido pelo ideal do ego, portanto, contribuem para o aumento ou diminuição da disponibilidade do indivíduo de estimar a si mesmo. Logicamente, não se pode observar profundamente a questão da auto-estima levando-se em conta apenas um destes fatores. Por ser complexa, sua análise deve ser ampla e contextualizada,

pois uma mesma vivência social, por exemplo, pode ser experenciada de diversos modos e sua intensidade será intermediada, entre outros fatores, pela auto-estima do indivíduo.

A questão da auto-estima foi levantada por ser uma questão bastante intrigante a respeito da condição do policial militar. Isto porque a relação polícia/sociedade, que sempre foi bastante conturbada, alcança cada vez mais níveis de hostilidade alarmantes. O policial militar que está nas ruas é aquele que, muitas vezes, é o alvo principal da indignação da população com o caos instalado nas condições de segurança. O policial, em muitos momentos, se apresenta para a população como a própria personificação do fracasso da segurança pública. Em sua representação social parecem estar projetados todos os anseios e toda a raiva a que o cidadão comum está suscetível, já que se submete a violência diariamente, concreta ou subjetivamente (porque não menos importante que a insegurança em si é a sensação de insegurança, que também é fator decisivo para o estabelecimento do sofrimento psíquico).

Desta forma, o policial pode encontrar resistência e agressividade em sua tentativa de contato com a sociedade em geral, já que será visto, muitas vezes, como um inimigo. De fato, é sabido que muitos profissionais fazem jus ao imaginário popular, envolvendo-se com criminosos e agindo em causa própria e estes tornam-se verdadeiramente, inimigos que devem ser combatidos. No entanto, a imagem calcada de forma generalizada na instituição, muitas vezes, impede que haja reconhecimento, por parte da população, do trabalho do indivíduo, que é obrigado por sua profissão a conviver diariamente com o perigo e

com a possibilidade de morte. Tal situação pode levar o policial a diversas formas de enfrentamento, ambas permeadas pelo narcisismo, conforme será explicitado a seguir.

Primeiramente, pode-se pensar no policial que, diante da hostilidade, sente a agressividade da população como um golpe certeiro em sua onipotência: a crítica passa a ser sentida como uma ferida narcísica, uma constatação de sua fragilidade, uma condição que coloca o indivíduo em situação de baixa auto-estima e angústia. Não reconhecido pela população, pela qual acredita se sacrificar, vivenciando condições de trabalho precárias, com baixa remuneração e risco de morte constante, entre outros fatores, este policial passa a vivenciar uma situação de desamparo que dá margem a sentimentos de menos-valia e depressão. Seu narcisismo é atingido quando ele não consegue atingir os ideais do ego, que neste caso, são os ideais de toda uma população.

Um outro caminho é o do narcisismo exacerbado, que Zimermann (1999) chamou de posição narcisista: a tristeza, a culpa e os sentimentos de impotência dão lugar a uma conduta arrogante e prepotente, o que coloca o policial numa condição de onipotência que pode ser bastante perigosa. O onipotente coloca o outro em situação inferior a sua e o que é inferior acaba se tornando, para ele, desprezível. Sendo desprezível, torna-se descartável, o que confere ao senhor da onipotência um auto-poder considerável, que pode, inclusive, passar por decisões relacionadas à vida e a morte. O narcisismo exacerbado, patológico, impede o indivíduo de visualizar seus erros, já que sua lógica binária o coloca como bom e inalcançável, ao contrário do outro (em quem são projetados todos os aspectos

negativos) que se torna absolutamente mau e não merecedor de respeito. A visão dicotômica impede que sejam visualizados indivíduos completos, com características boas e ruins. Logo, o que não é dele passa a ser mau, um inimigo a ser vencido. Tal leitura pode colocar o policial em uma constante batalha com a população que, teoricamente, ele deveria proteger. Ao invés de reagir à agressão com sentimentos de desamparo, a saída encontrada por este policial parece ser a de se imaginar onipotente, o que não dá vazão ao sentimento de fragilidade e impotência. Se é preciso enfrentar os inimigos e a morte, sobreviver com uma remuneração pouco atrativa e não encontrar apoio de quem se espera, se fortalecer por meio da ilusão de onipotência parece garantir certa segurança e estabilidade emocional diante da possibilidade de se ferir narcisicamente.

Ainda segundo Zimermann (1999), o intenso sofrimento decorrente do reconhecimento da inevitável incompletude obriga o sujeito a criar e manter uma estrutura ilusória de onipotência, o que é conseguido por meio do uso maciço das negações, tanto no que se refere às diferenças individuais em relação aos outros, bem como com relação a todos os aspectos da realidade que interfiram e perturbem a sua imaginária completude. Com dificuldades em reconhecer seus próprios limites e limitações, o indivíduo se colocará no mundo de forma egocêntrica, o que acaba por lhe conferir traços caracterológicos de prepotência e arrogância.

Outra característica da posição narcisista citada por Zimermann (1999) é a presença da “parte psicótica da personalidade”, conceito apregoado por Bion, da qual todo indivíduo, em maior ou menor grau, é portador. Entre as características

do que denominou parte psicótica da personalidade, encontra-se a baixa resistência à frustração. Pensar em um policial militar que não sabe lidar de forma hábil com suas frustrações nos leva a pensar, primeiramente, na instalação de intenso sofrimento psíquico (que na posição narcisista é negado e enfrentado com o sentimento de onipotência) e, principalmente, de que forma tal dificuldade pode interferir em seu trabalho e conseqüente contato com a população que atende. O indivíduo que não aceita frustrações, possivelmente, fará o impossível para não entrar em contato com ela. O que é feito para que isso seja possível é o que pode ser absolutamente discutível.

Qualquer das duas situações coloca o policial militar (e também a população, que é a principal receptora destas nuances que diferenciam um policial do outro) em situação bastante delicada. Se o primeiro sofre e torna-se deprimido, desmotivado diante de algo que, em seu imaginário narcisicamente ferido, ele não conseguirá vencer, o segundo pode tornar-se perigoso, a partir do momento em que acredita estar em suas mãos o poder de decidir quem é ou não merecedor de estar no mundo de pessoa tão importante: ele próprio. Ambos podem se tornar agressivos, mas por razões diferentes.

Diante de todos os aspectos, vale lembrar que é também o narcisismo que possibilita ao indivíduo em contato com o risco de morte se colocar diante de tal risco de modo a enfrentá-lo. Se a reação natural e instintiva de auto-conservação faz o sujeito se esquivar do perigo, que interpretação se pode dar para a conduta daquele que, pelo contrário, é obrigado pela profissão a enfrentar tal risco? De que forma tal situação é possível?

Em “A Negação da Morte” (1973), Becker estabelece uma relação entre o narcisismo e o heroísmo. Para o autor, todo e qualquer indivíduo tem a capacidade (e necessidade) de estar absorto em si mesmo, a ponto de achar que praticamente qualquer pessoa pode ser posta de lado, exceto ele próprio. E esta é esta capacidade que faz o homem, nas guerras, marchar contra o fogo à queima-roupa: no fundo, a pessoa não achar que ela vá morrer. Becker cita Freud para explicar tal sentimento, descrevendo que o inconsciente não conhece a morte nem o tempo. Por este motivo, em seus mais íntimos pensamentos, sente-se imortal. É esta ilusão de imortalidade, que com a onipotência se torna evidente, que dá ao indivíduo motivação para colocar-se diante do inimigo, desprezando momentaneamente o risco de morte. É a partir daí que ele construirá sua ação na realidade, tendo tais ações suas bases nos recônditos inconscientes.

É importante notar que, ao mesmo tempo em que as nuances caracterológicas pertinentes ao narcisismo podem ser um agravante no trabalho do policial militar, em alguns aspectos, torna-se essencial, por dar condições a este indivíduo de enfrentar um ambiente de trabalho extremamente aversivo. É por meio do narcisismo que o indivíduo imagina-se potente e esta potência é também responsável por sua atividade, já que a sensação de impotência constante o paralisaria para o enfrentamento das situações de risco que sua profissão lhe impõe. Pode-se entender a tal sensação de impotência como conseqüência da aproximação com a possibilidade de morte, que é um temor recorrente a todo o indivíduo, mas que lhe garante o estabelecimento da atividade de auto-conservação. Ser dominado pelo medo da morte seria o caminho para o bloqueio de quaisquer atividades, já que o nível de angústia do indivíduo aumentaria

sensivelmente. O narcisismo contribui para que este medo seja negado e da mesma forma que permite ao indivíduo comum fazer atividades simples, como atravessar uma rua movimentada (quando existe certo risco, mas que se absolutamente consciente, impediria sua realização) e também colocar-se frente ao perigo da guerra urbana, com medo sim, mas deixando-o em segundo plano.

De acordo com Kovács (1992), a consciência (e conseqüente medo) a respeito da possibilidade de morte é o mecanismo principal do instinto de auto-conservação e precisa estar presente no imaginário dos indivíduos, a fim de permitir o reconhecimento do risco e, conseqüentemente, do surgimento de estratégias para se manter a salvo. Somente um estado de negação desta possibilidade é que justificaria o enfrentamento de qualquer evento que vá de encontro com o que Boss (1981) chamou de "essência da angústia humana", ou seja, a possibilidade de finitude, de sua extinção. Ainda segundo o autor, aqueles que mais temem a morte são justamente as pessoas que mais temem também a vida, já que este temor acaba por invadir o indivíduo, que passa a enxergar o viver como um desgaste em direção ao não existir.

O principal questionamento surgido desta reflexão pauta-se num grande paradoxo: sendo a morte o maior medo do homem, como lidar com ela diariamente? Como escapar ao horror da guerra quando ele é parte de sua vida cotidiana?

Em "Reflexões para os tempos de guerra e morte" (1915), Freud refere sobre o estado de guerra:

> Ela nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primevo que existe em cada um de nós. Compele-nos mais uma vez a sermos heróis que não podem crer em sua própria morte; estigmatiza os estranhos como inimigos, cuja morte deve ser provocada ou desejada; diz-nos que desprezemos a morte daqueles que amamos. A guerra, porém, não pode ser abolida; enquanto as condições de existência entre as nações continuarem tão diferentes e sua repulsa mútua tão violenta, sempre haverá guerras. É então que surge a pergunta: Não somos nós que devemos ceder, que nos devemos adaptar à guerra? Não devemos confessar que em nossa atitude civilizada para com a morte estamos mais uma vez vivendo psicologicamente acima de nossos meios, e não devemos, antes, voltar atrás e reconhecer a verdade? (In. Obras completas, Volume XIV. Edição Eletrônica)

A atualidade do texto de Freud ao mundo contemporâneo é evidente. O texto refere-se aos conflitos continentais, às nações em guerra umas contra as outras, mas podemos tranqüilamente adaptar tal discurso aos conflitos urbanos, sem perder o sentido original do que foi discutido. Vemos no trecho acima a necessidade de supressão do medo, da negação da possibilidade de morte como uma alavanca ao enfrentamento, tão necessário à manutenção do estado de guerra. Se a sociedade em geral parte do princípio que não se pode banalizar a violência, conviver com ela de forma ininterrupta parece exigir tal adaptação, que aparece como questionamento no discurso de Freud. O ideal, logicamente, não passa pela negação e conseqüente desumanização. Este parece ser apenas o caminho mais curto e fácil (porém em muitos casos, o recurso possível) para a manutenção da saúde psíquica daqueles que enfrentam tal situação de forma brutal. No entanto, ainda a respeito do referido por Freud, “vivendo psicologicamente acima de

nossos meios", parece remeter ao fato de que tal exigência imprime ao indivíduo uma vivência não-humana, já que exige dele que se coloque na vida como imortal.

Outro autor que trouxe contribuições importantes a respeito do estado de guerra constituindo-se como fonte de conflitos psíquicos foi Edgar Morin. Escreve ele, em "*O homem e a morte*" (1977):

> O estado de guerra é o exemplo universal (e contemporâneo) da dissolução da presença da morte devida à predominância da afirmação da sociedade sobre a afirmação da individualidade. O estado de guerra provoca a mutação geral da consciência da morte. (Morin, 1977, p. 39)

Tal "mutação geral da consciência da morte", mais uma vez, aparece como condição (ou conseqüência?) para o enfrentamento de algo que, como já citado por Freud, está acima da capacidade humana. Ao policial militar, no entanto, o viver como é teorizado pelos autores é uma constante, já que é sua a responsabilidade imperativa de proteger e resguardar segurança dos indivíduos.

Sendo condição ou conseqüência, a questão do enfrentamento da morte parece ser mais um dos pontos conflitivos a aliar-se à já conturbada rotina do policial militar em serviço.

Kovács (2003) aponta o luto mal-elaborado como uma fonte de problemas de saúde pública, já que a impossibilidade de elaboração de uma sempre crescente carga de sofrimento impõe ao indivíduo uma maior vulnerabilidade a conflitos psíquicos sérios. Levando em consideração este raciocínio, indivíduos que convivem diariamente com a violência e a morte, seja de si ou do outro, como é o

caso do policial militar, estariam também propensos a um maior sofrimento psíquico. Elaborar o luto, no entanto, exige que o indivíduo se reconheça em estado de sofrimento. E reconhecer tal estado de sofrimento colocaria o indivíduo diante de sua vulnerabilidade, diante de sua possibilidade de morte, o que parece causar um sofrimento muito maior do que a sensação de onipotência proporcionada pela negação. Escreve Kovács (1989), baseando-se em Becker:

> (...)o homem quer se sentir único, criando obras que o imortalizem, vencendo aparentemente a finitude e a decadência da morte. Esta couraça de força é uma mentira que esconde uma fragilidade interna; rompê-la pode levar à loucura. (Kovács, 1989, p. 1)

Assim como o médico, que desde seus primeiros encontros com a profissão, usualmente ouve ou percebe que deve *acostumar-se* com a morte, num esforço que se traduz psicologicamente como negação, pura e simples, o policial parece estar fadado a acostumar-se com a violência, já que a tomada de consciência a respeito dos riscos reais de sua profissão, o colocaria em situação psicológica bastante desconfortável.

E como se acostuma com a violência, que invade, corrompe, denigre, mata? Faria (2000) descreve que as conseqüências de um ambiente permeado por violência e morte, entre outros aspectos já citados da rotina deste profissional, levariam o policial a um estado de exaustão emocional que pode torná-lo cínico, insensível a certos apelos sociais e até mesmo displicentes com relação a sua saúde, o que parece estar intimamente ligado com o índice de suicídios nesta

categoria profissional ser superior aos verificado entre os demais componentes da sociedade.

Segundo Morin (1977), existe na relação do ser humano com a morte um grande paradoxo, que ao mesmo tempo provoca no indivíduo a inadaptação à morte (o que permite e condiciona a individualização) e a adaptação à ela (o que possibilita a este indivíduo sua vivência em sociedade). Ambas as situações, no entanto, são referidas pelo autor como relativas, já que não existe total adaptação nem total inadaptação, como é descrito pelo trecho abaixo:

> O triplo dado antropológico da consciência da morte (consciência de uma ruptura, traumatismo e imortalidade) revela inadaptação fundamental. Ou traumatismo da morte e a crença na imortalidade, na sua presença contínua e violenta no decurso da pré-história e da história humana, confirmam o caráter categórico desta inadaptação. Todavia, a inadaptação é relativa. Se o indivíduo humano estivesse absolutamente inadaptado à morte, morreria de morrer, já que a morte, no mundo da vida, é a sanção de toda inadaptação absoluta. E, ademais, quem não pode suportar a idéia da morte morre disso, seja de medo, [...] seja voluntariamente, pelo suicídio. (MORIN, 1977, p. 72)

O profissional de segurança pública é aquele que, contrariando o instinto humano de auto-proteção, é obrigado por sua profissão a colocar-se em risco iminente de vida. Enquanto a população se esquiva, construindo muros, instalando cercas, blindando seus carros e tentando, a qualquer custo, minimizar os efeitos do aumento da violência, o policial militar é aquele que corre em direção ao conflito. Enquanto a população foge do tiroteio, ele vai de encontro a ele, em atitude pouco

compreensível pelo prisma da condição humana, que tem como premissa crucial a manutenção de sua integridade físio-psíquica e assim, sua vida. O humano teme e foge da morte. O policial, apesar de ser também humano, é obrigado pelas circunstâncias a encará-la de frente, seja a possibilidade de morte de si próprio, seja a morte concreta do outro. Seja um bandido, seja um colega de trabalho, quando a morte ocorre, sempre vai colocar o indivíduo por trás da farda diante da possibilidade de finitude. E tal possibilidade, parte-se do princípio, pode trazer diversos problemas emocionais se não houver uma intervenção que possa acolher os conflitos advindos desta questão.

Sendo a questão da morte usualmente conflitiva por si só, a situação tende a se complicar quando ela acontece de forma repentina, invasiva, violenta. Nomeada por Kovács (2003) como morte escancarada, tão contemporânea, ela cada vez mais se impõe à vida das pessoas comuns e refere-se às mortes violentas, bruscas, habitualmente atingindo pessoas jovens, invertendo o ciclo natural da vida. É a morte que invade a vida do adolescente em sua onipotência, da criança em sua fantasia, dos pais em seus maiores temores. Para ela, não há aviso prévio, não há despedidas. Ela apenas acontece e aqueles que são atingidos terão que enfrentá-la, da forma como isso for possível.

A morte escancarada é aplicável às imagens que, cada vez mais, chegam às casas dos indivíduos sem que estes as tenham solicitado, sem preparação e sem reservas. São os homicídios, os acidentes, as conseqüências diretas da violência, usualmente exibidos pelos meios de comunicação, em especial a TV, e que acabam por colocar o indivíduo, independente da idade, sexo ou condição social,

diante da angústia provocada pela imprevisibilidade contida nesta representação. Segundo Rodriguez (2006), diante de tamanha exposição, o medo da morte e da violência acaba por ser partilhado por todos.

A morte escancarada é a morte que se apresenta ao policial militar. Há de se pensar que, quando a morte ocorrer no exercício da função, ela será como foi descrita por Kovács (2003): violenta, inesperada, invasiva, traumática. Não há espaço ou tempo para elaboração: ela acontece e, quando menos se espera, pode acontecer novamente, desta vez com ele próprio.

A morte violenta, que invade as casas dos cidadãos comuns e tanto incomoda, é o princípio da realidade do policial militar. Aquilo que se vê na TV e que muitas vezes causa repulsa, é seu campo de trabalho. É ele quem está naquele espaço e para ele, muitas vezes, não há escolha. Nesta situação, não há como mudar de canal.

Neste âmbito, pode-se pensar em diversas formas de enfrentamento. Primeiramente, um intenso sofrimento psíquico, associado a um luto complicado, que sem algum tipo de intervenção, dificilmente poderá ser elaborado. Tal situação pode interferir negativamente na rotina não apenas do enlutado, mas também daqueles que convivem direta ou indiretamente com ele, já que provavelmente vai afetar sua produtividade, vida social e afetiva. Se de fato a angústia da morte é a angústia básica do ser humano, como também cita Oliveira (1999), a ritualização de tal fato é uma das maneiras de elaborar as perdas que ela traz. Entrar em contato com as conseqüências do morrer, enfrentando a situação

de perda e vivenciando os afetos ocasionados por ela, é fator crucial em direção à elaboração saudável do vazio deixado pelo acontecimento da morte, ou ainda, pelo intenso sentimento de vulnerabilidade precipitado pela proximidade com a própria finitude.

Em "Luto e Melancolia" (1917), Freud descreve que, diante da morte, toda a energia investida no ente que se foi parece desaparecer, repentinamente. O trabalho de luto consistiria, portanto, na retirada de tal energia do objeto perdido e seu redirecionamento à realidade. As ritualizações, segundo Kovács (1992), teriam importante papel neste sentido, por possibilitarem ao indivíduo enxergar a realidade como ela é: um funeral, por exemplo, coloca o indivíduo frente ao sofrimento – não há maneiras "saudáveis" de negar o fato. Enxergar a realidade da perda, segundo Freud (1917), seria o primeiro passo em direção à retirada da energia investida no objeto perdido. A partir daí, encontrar na realidade novos focos para o investimento da libido, antes canalizada no ente perdido, é a via normal seguida na elaboração saudável do luto.

Neste ponto, vale lembrar da reflexão feita por Faria à época da qualificação deste estudo, sobre o policial entrar na instituição já tendo garantido um local para ser sepultado, caso venha a morrer em serviço. Os rituais pertinentes à morte de um profissional em serviço dentro da Polícia Militar do Estado de São Paulo parecem ter importante papel na possibilidade de uma melhor elaboração do luto, como descrito cima, já que, diante de todos, a morte torna-se evidente, não podendo ser negada, pois todos participam do sofrimento por ela causada.

Traçando uma comparação entre a elaboração da morte do outro com a elaboração da possibilidade da morte própria, pode-se pensar que, caso isso não seja bem trabalhado, como apontou Freud em 1917, podem surgir complicações psíquicas diante de tal tema. Assim como a pessoa que não elabora o luto pela perda de um ente querido, pode-se pensar na pessoa que não elabora suas angústias em relação a sua própria vivência. Segundo Freud (1917), a conseqüência mais drástica da dificuldade de elaboração do luto seria o estabelecimento do luto patológico, onde o indivíduo, identificado com o objeto destruído, tende a destruir-se também. O trecho abaixo descreve as diferenças básicas estabelecidas por Freud entre o luto normal e patológico:

> Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação e auto-envilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. Esse quadro torna-se um pouco mais inteligível quando consideramos que, com uma única exceção, os mesmos traços são encontrados no luto. A perturbação da auto-estima está ausente no luto; afora isso, porém, as características são as mesmas. (Freud, 1917).

Outra condição, descrita por Alegretti (2006), seriam os quadros de dessensibilização, onde as situações adversas não despertam os sentimentos dos indivíduos envolvidos. O autor cita um estudo de Silva (1995), que descreve o termo alexitimia para definir uma condição de certo embotamento afetivo, em que

a esfera da decisão, ação e pensamento encontra-se absolutamente cindida da esfera dos sentimentos e das emoções.

O conceito descrito por Alegretti (2006) parece estar intimamente ligado à banalização da morte, quando os indivíduos, excessivamente expostos à morte dita escancarada, defensivamente passam a observá-la como algo natural, até mesmo esperado diante de determinadas circunstâncias sociais, por exemplo. Tal reação, possivelmente, coloca o indivíduo em situações de risco, já que ele pode se inclinar a desvalorizar a vida, ainda segundo o autor, em razão de, assim como a morte, a vida também ser banalizada. Ambas possibilidades de enfrentamento, no entanto, não parecem ser as ideais, pois comprometem de forma enfática a vida afetiva e social de todos os envolvidos.

Ainda em seu estudo sobre a agressividade reacional entre policiais envolvidos em ocorrências graves (homicídio, lesão corporal grave), Alegretti (2006) sustenta que encontrando-se o policial militar diante de uma falha nos mecanismos inibitórios do superego, diante de uma situação real que estimule suas pulsões agressivas, a expansão da agressividade violenta decorreria da ansiedade gerada pela situação, que acaba por acentuá-la.

Da reflexão sobre os estudos de Alegretti (2006), pode-se dizer que não menos grave é a situação deste policial que passa a encarar a possibilidade de morte de forma banalizada. Possivelmente embasado numa estrutura ilusória de onipotência (que, conforme explicitado nos escritos sobre o narcisismo, estaria calcada numa considerável ferida narcísica), este policial pode tornar-se frio,

arrogante no trato com a população e, conseqüentemente, com as pessoas de todas as esferas de sua vida. O indivíduo que passa a enxergar a morte com "naturalidade" parece ter deslocado o afeto do ato em si, deixando-o esvaziado de sentido, sem subjetividade. Tal condição é grave, pois o indivíduo que passa banalizar a morte tende a, defensivamente, não temê-la, o que o pode realmente colocá-lo em situação de risco. E estando esse indivíduo na função de proteção da população, tal condição torna-se ainda mais perigosa. Não há como não pensar na situação do policial militar diante da chamada morte escancarada. Assim como com a população em geral, o policial pode também, inconscientemente, eleger um dos estilos de enfrentamento citados acima, que pode ser este ou aquele, dependendo da estrutura psíquica e social de cada um deles. Em ambas as situações, no entanto, o resultado não parece ser dos melhores, tanto com relação ao indivíduo em si, como para a população que é atendida por ele, já que, nas duas condições apresentadas, as conseqüências podem ser negativas.

Um policial em situação de extremo sofrimento psíquico provavelmente encontrará problemas para desempenhar seu papel profissional. Um ambiente de risco, a sensação constante de vulnerabilidade com relação à morte, aliados às condições salariais precárias e a tantas outras problemáticas sociais, são fatores que contribuem para que o indivíduo direcione sua energia psíquica para, de alguma forma, tentar elaborar tais sofrimentos. Desta forma, a capacidade produtiva, afetiva e social tende a ficar diminuída, o que pode ocasionar inúmeras condições psicopatológicas, condições estas muitas vezes negadas, seja por necessidade financeira ou ainda, por uma cultura "interdita", que submete o sujeito à repressão de suas angústias relacionadas à temática da morte. Este

policial, muitas vezes com sinais similares aos do enlutamento, possivelmente não vai encontrar acolhimento para esta condição, pois o ambiente em que trabalha (e vive) cobra dele uma postura de força, segurança e proteção. E este indivíduo, solitário em seu sofrimento, é o mesmo que vai atender a população, quando esta também encontrar-se diante da morte, sendo ela concreta ou não. Neste instante, surge para o policial militar o que Ariès (1975) denominou "morte interdita".

Na concepção deste autor, a morte interdita é aquela que se torna-vergonhosa, proibida. O que antes era representado como familiar (dada a simbologia relativa à morte domada), passa a ser o incômodo, o demasiado, o insustentável: vivenciar a simples presença da morte, morte esta que se dá em plena vida, tornou-se inaceitável. Passa-se a enxergar a morte como a contradição máxima ao estatuto de que se deveria estar ou parecer estar sempre bem.

O autor refere ainda que os ritos da morte continuaram a ser realizados, tal como eram antes. No entanto, de forma cada vez mais evidente, instala-se gradativamente um processo de esvaziamento dos afetos contidos naqueles encontros: ninguém mais tem o direito de emocionar-se diante da morte e aqueles que o fazem passam a ser alvo de condenação. Tal postura não se restringe apenas aos momentos de ritualização, mas também se estendem às manifestações de luto tardio de maneira geral. Passa a existir uma urgência para que a morte seja cada vez menos percebida na rotina daqueles que a vivenciam.

Diz Ariès (1975) sobre a representação da morte interdita, de forma sucinta e emblemática: *"em suma, a verdade começa a levantar problemas" (p. 55).*

A verdade, neste caso, nada mais é do que a morte.

Transpondo tal conceito à vivência do policial militar, pode-se pensar que no momento em que ele demonstra o que, afinal, nada mais é conseqüência de sua condição humana, que sofre, acaba por mostrar-se frágil, o que no ideal interdito, torna-se menos valoroso do que aquele que suporta impassível tudo o que a vida (e a morte) lhe proporciona. A manifestação de seu sofrimento seria, portanto, recriminada, condenada e, por este motivo, talvez evitada a qualquer custo. Tal condição, que invade o indivíduo e o coloca diante de sua fragilidade e humanidade, quando não elaborada tende a invadir também outras esferas de sua vida, desencadeando conflitos entre familiares e fazendo com que os integrantes desta família passem a sofrer indiretamente com as questões referentes a esta temática.

Muitas podem ser as formas do policial militar enfrentar a proximidade com a morte. Qualquer uma delas, no entanto, acabar por ter importância crucial porque, direta ou indiretamente, vai se encontrar com a população, quando esta se encontrar com este indivíduo por baixo da farda. Trata-se de uma condição bastante delicada, num campo de estudo complexo, dadas as questões sociais inerentes à constituição da instituição em si, mas que é também bastante amplo,

principalmente se levarmos em conta que, invariavelmente, haverá grande sofrimento psíquico.

4.) SOBRE UMA CONSEQÜÊNCIA DO DESAMPARO: O POLICIAL COMO UM ESTRANHO A SI PRÓPRIO

Endo (2005) refere-se à posição da polícia como paradoxal, já que ela se coloca dentro e fora da sociedade, representando anseios coletivos e, ao mesmo tempo, frustrando-os quando não consegue alcançar o que é almejado. De fato, o mesmo policial que combate a violência está vulnerável a ela, não somente enquanto cidadão, mas também quando se coloca como combatente. Mais paradoxal ainda é visualizar o policial associado ao crime, desprendido de seus valores e regras e agindo em nome de uma lógica própria, ininteligível para quem não participa de tal meio e até mesmo para quem faz parte dele. Tal lógica, como refere Menandro (1996) pode implicar até mesmo em inversão dos formalismos legais, o que acaba colocando o policial em um lugar bastante complexo diante da sociedade que, imagina-se, deveria proteger.

Quando se refere à inversão de formalismos legais, pode-se pensar também na inversão provocada por tais atitudes na população, já que, em muitos casos, a população tem razões para temer a ação da polícia. Se quem deveria proteger é alguém que gera desconfiança e medo, não se pode falar em uma relação saudável, já que a percepção de insegurança parece aumentar na medida em que não se tem ou não se imagina ter controle sobre o que ou quem está ao seu lado.

Por outro lado, tal proposição pode ser discutida do ponto de vista do policial, que também não sabe quem é a pessoa que está a seu lado e se pode confiar nele. E não se deve pensar apenas no possível bandido, o alvo mais fácil para se desconfiar quando se está fardado, mas também do colega de trabalho, aquele com quem o indivíduo divide rotinas e responsabilidades e que, a qualquer momento, pode mostrar-se diferente do que se imagina. Cabe, neste contexto, lembrar dos mais famosos versos do célebre poema de Augusto dos Anjos, "Versos Íntimos": (...) *O beijo, amigo, é a véspera do escarro/ A mão que afaga é a mesma que apedreja*[1]. (...).

O nível de angústia do indivíduo que recebe um afago já esperando pelo apedrejamento é algo que não pode ser visualizado de forma unilateral. Da mesma forma que o cidadão enfrenta o desafio de sentir-se seguro diante de tantas problemáticas ligadas a violência, o policial, que encontra nela sua fonte de trabalho, também se mostra suscetível a tais condições, tendo a responsabilidade de demonstrar e personificar um estado de segurança que o próprio não acredita que exista. E diante de tantos possíveis caminhos para o policial seguir, já que seu lugar na sociedade é, atualmente, uma incógnita quase inclassificável e sua posição oscila entre a do amigo e a do inimigo, pode-se pensar que ele se tornou o que Bauman denominou *estranho*.

Os estranhos seriam aqueles que, segundo Bauman (1998), não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo, transformando as fronteiras que a visão binária deixa transparente em algo obscuro, ambíguo, cheio

[1] Versos Íntimos. In: Anjos, A. *Antologia Poética. 1996, Publifolha, São Paulo.*

de nuances que impedem a sua inserção nesta ou naquela categoria. Os estranhos não são amigos nem inimigos. Não são bons nem maus, não são feios ou bonitos. São estranhos e não se sabe o que esperar deles.

Em “Modernidade e Ambivalência”, Bauman (1999) esclarece que amigos e inimigos colocam-se em oposição uns aos outros, o que confere ao indivíduo uma identidade, uma sentimento de pertença intermediado pelo fato de ser parte de um grupo e não de outro. O outro, baseado na eterna oposição bem/mal, será visualizado como o lado negativo do processo e, baseada nesta percepção binária, o indivíduo tem a ilusão de que o risco virá sempre daquele que não está ao seu lado, daquele que não pertence ao seu grupo: a ameaça, desta forma, fica nas mãos do inimigo, o que garante certa previsibilidade e controle, tornando as relações relativamente estáveis. Com o estranho, esta estabilidade fica abalada, já que ele pode ser amigo e inimigo e sua identidade não está associada a determinado grupo ou atitude. A presença do estranho, por ser indeterminável, torna-se uma ameaça maior do que a representada pelos inimigos.

Se pensarmos na situação do policial militar diante da sociedade atualmente, e até mesmo quando analisamos seu histórico, podemos encontrar alguns fatores que aproximam sua representação com a fundamentada a respeito do estranho. Isto porque, em muitos momentos, a postura do policial militar autentica a indeterminação do que representa sua conduta, ou seja, seu comportamento torna-se inclassificável diante de referências baseadas em bem/mal, amigos/inimigos. Pode-se pensar nisso porque, ao mesmo tempo em que

o policial militar protege, ele também agride e mata, e para um mesmo grupo de pessoas, ele pode ser amigo ou inimigo.

Não se trata apenas de relativizar a partir da visão de quem é o agressor e de quem é o agredido: por este âmbito, a classificação da conduta sempre será dicotômica e o policial verá o bandido como inimigo e vice-versa. Em confrontos deste nível, sabe-se de onde esperar o ataque e esta condição garante, tanto ao policial como ao bandido, certa previsibilidade sobre quando e onde agir. Apesar das relações criminosas possibilitarem o entrelaçamento entre amigos e inimigos, tal configuração é sempre permeada pela diferenciação entre um grupo e outro, ou seja, entre os que estão entrelaçados, é sabido quem é o policial e quem é o traficante, ao menos oficialmente. A visualização do profissional de segurança pública como estranho, primeiramente, parece se dar entre aqueles que não estão diretamente ligados a atividades criminosas, pois são estes que olham para o policial e não têm mais condições de projetar na figura que vêem segurança e confiabilidade, condições que lhe possibilitariam colocá-lo no lugar destinado aos amigos.

Da mesma forma que o policial não é representado como amigo, também não é o inimigo propriamente dito, pois em situações de risco, é à polícia que esta população recorre.

Ao mesmo tempo em que se espera dele acolhimento, se espera também a agressividade, o ataque. Como descreveu Menandro (1996), há evidências de que considerável parcela da população tem uma percepção negativa do policial, ainda

que curiosamente sejam favoráveis ao aumento da repressão. Tal constatação, um tanto ambígua, pode também auxiliar na compreensão do fato de que um mesmo indivíduo, que tem projetado em si expectativas positivas, possivelmente sendo visualizado como um herói, pode, num outro momento, ser alvo de muitas das projeções negativas da sociedade, alternando rapidamente (e repetidamente) para o lugar do carrasco impiedoso. O lugar do policial, portanto, parece oscilar de forma tão freqüente e consistente, que se pode pensar em seu estabelecimento em um não-lugar, que, ironicamente, é o lugar dos estranhos.

Baseado nos conceitos de Bauman, Endo (2004) refere-se ao estranho como alguém que não pode e não deve ser assimilado de nenhum modo e, por este motivo, colocado fora do ponto onde denuncia o fracasso do ordenamento. De fato, pensar em ordem remete à certa previsibilidade, o que no imaginário popular, não se associa ao policial. Assim, torna-se inclassificável porque representa a ambivalência e nesta condição de in(existência), de acordo com Endo passam a ser massificados, tratados sem singularidades nem diferenças.

Da mesma forma que o indivíduo marginalizado é observado sem nuances, é colocado em um mesmo status e indiferenciado daqueles que podem não ser seus semelhantes, apesar de estarem na mesma situação social, o policial militar acaba por integrar seu não-lugar quando representa a ambivalência e a incapacidade de se ter controle sobre todas as coisas. Ele passa a representar o incômodo, o infortúnio, a dificuldade do poder público em controlar aqueles que são a extensão, nas ruas, do poder que é atribuído a um governo, da mesma forma que o indivíduo socialmente excluído escancara a existência daqueles que não

podem ser vistos como inimigos, por serem tão humanos quanto quem os observa de longe, mas que também não se encaixam como amigos, por estarem tão distantes do que se imagina como referencial de conforto.

Ao tornar-se estranho também para seus iguais, o policial militar acaba por se vulnerabilizar, colocando-se como matável, por representar o que não deve prevalecer nas relações sociais. Se o corpo do policial visto como inimigo já se encontra em perigo, por estar a frente da guerra urbana, o corpo do policial quando estranho parece mostrar-se tão suscetível à violência quanto o dos "indivíduos" que não mantém relação de pertença com grupo algum. A ambivalência, quando não pode ser vivida, passa a ser detestada, menciona Endo ainda no mesmo trabalho. Se é detestada e não pode ser suportada, tem que ser destruída.

É este policial, submetido às violências de inimigos e estranhos, sejam estes estranhos fardados ou não, que coloca seu corpo a serviço da guerra urbana. Em "A violência no coração da cidade" (2005), Endo cita o surgimento de um estado de extremo empobrecimento psíquico, onde a única solução possível à sobrevivência é a busca de condições mínimas para que isto possa acontecer. Tal empobrecimento parece encontrar sua representação quando o policial passa a vivenciar o ataque ao corpo como um ataque ao ego, ou seja, uma regressão ao somático que coloca o ego a funcionar como um corpo.

Neste sentido, pode-se pensar que este indivíduo, submetido a angústias próximas às enfrentadas pelos neuróticos de guerra, como foi descrito por Freud

(1919) no informe sobre a eletroterapia destes *("angústia pela própria vida, renúncia diante da ordem de matar a outros, revolta contra a desapiedada sufocação da própria ordem pelos chefes"*), passa a enxergar a possibilidade de sobrevivência somente intermediada pela ação no corpo, o que compromete sua disposição para a reflexão, bem como visualizar a ação como único caminho para a vida, renunciando assim a tudo que não seja a destruição daqueles que podem destruí-lo. Se o ego tem por objetivo principal a redução da tensão no aparelho psíquico e utiliza para isso recursos como a repressão e a negação, entre outros mecanismos de defesa, o corpo do policial funcionalizado como ego também o fará, utilizando para isso os recursos que tem à sua disposição: a arma, o escudo, a força física, a violência.

Com o ego corporificado, as angústias do policial militar só poderão ser visualizadas a partir do que faz o seu corpo, pois parece ser este o único meio de representação encontrado por ele. Não passa pela fala nem pelo imaginário. O vínculo com a realidade parece se dar apenas por meio da ação, onde se pode atuar, sem a necessidade de reflexão ou crítica de outras instâncias psíquicas, ao menos no momento em que acontece.

A solução para tal situação, segundo Freud (1915), se daria por meio do estabelecimento, por parte do indivíduo atingido, de um estado de segurança que lhe garanta verdadeira proteção diante do retorno dos perigos e agressões ou ainda, através do recebimento de uma compensação por ter sido submetido a eles. Com relação a primeira opção, pode-se dizer que as esperanças são remotas, para não dizer nulas. O ambiente do policial militar sempre o colocará diante do perigo

e esta sempre será a tônica de sua profissão. Garantir ao policial militar um estado de segurança é ainda mais improvável do que é para o cidadão comum. Se pensarmos, no entanto, em formas de compensação à vivência do perigo, poder-se-ia pensar em melhores condições de trabalho, remuneração, reconhecimento do Estado e da população, entre muitas outras variáveis que podem ser exploradas. Apesar de esta ser a opção mais viável e possível, ainda assim, encontra inúmeros obstáculos para se tornar realidade.

Fica, portanto, a impressão crescente da necessidade de um olhar mais detalhado sobre estes profissionais, que, abandonados às próprias neuroses, possivelmente continuarão a atuar em seus corpos e, gravemente, nos corpos de todos os outros.

5. O QUÊ E COMO: SOBRE OS ESTUDOS BRASILEIROS RELACIONADOS À ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR

Partindo das considerações apresentadas até o momento, seria interessante avaliar como está a produção atual de estudos realizados em nosso meio, cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial como precipitador de sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador, além da constituição de sua subjetividade.

Este levantamento de dados permitirá estabelecer considerações a respeito do panorama geral das pesquisas que têm os policiais militares como sujeitos, bem como dos temas prevalecentes na produção científica nacional.

A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica, buscando a atualização a respeito dos estudos e temáticas freqüentes à produção científica associada ao tema da polícia e da saúde mental do policial militar e sua subjetividade. Inicialmente, os dados serão apresentados de forma cronológica inversa, para depois ser fonte de uma avaliação a respeito do status atual da pesquisa sobre o ofício do policial.

Para proceder este levantamento, foi utilizado o mecanismo de busca da base de dados BVS-PSI, disponível na Biblioteca de Referência Eletrônica (Eletronic Reference Library – ERL) e acessada pelo Sistema Integrado de

Bibliotecas (SIBI) da USP. Dentro desta base de dados, foi feita a opção por contemplar apenas a produção nacional, encontrada nas bases de dados Scielo e Pepsic, para caracterizar a produção nacional cujos artigos estão disponíveis de forma mais acessível à comunidade científica.

Foi utilizado o período total de abrangência das bases, utilizando os mesmos descritores: polícia, policial, policial e saúde, policial e sofrimento.

Os dados foram incluídos como resultados quando os artigos encontrados relacionavam-se, de alguma forma, à temática do sofrimento psíquico e da subjetividade do policial, tendo atenção especial àqueles que utilizaram como metodologia a abordagem qualitativa. Como o objetivo deste levantamnto é estabelecer um panorama geral a respeito das pesquisas que têm policiais como sujeitos, a opção pela inclusão pareceu viável.

Foi produzido então um pequeno recorte a respeito da pesquisa nacional a respeito da temática do sofrimento psíquico e da subjetividade do policial, estudos estes que serão apresentados em ordem cronológica inversa a seguir.

6. UM RECORTE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O POLICIAL: O QUE JÁ SE DISSE SOBRE ELE

Em 2009, Andrade, Souza e Minayo relataram uma pesquisa-ação onde foi elaborada, aplicada e avaliada uma proposta-piloto de intervenção enominada sensibilização vivencial, cujo objetivo foi oferecer suporte emocional a policiais civis. O estudo associou abordagens de cunho qualitativo (dois questionários abertos, onde cada policial registrou suas impressões sobre cada encontro e sua visão geral sobre a sensibilização vivencial no último encontro da intervenção; uma avaliação geral, no formato de grupo de debate, com um roteiro previamente estabelecido, também no último encontro; um diário de campo sobre cada oficina, no qual foram registradas as impressões dos facilitadores/pesquisadores e dinamizadores/ convidados) e quantitativo (WHOQOL-Bref, para avaliar a qualidade de vida; Escala de Rosemberg, que afere a autoestima; Escala de apoio social e Diagnóstico Organizacional de Rosa Krausz, para avaliar clima e cultura organizacional). Na elaboração deste artigo, foram considerados os resultados das duas primeiras escalas. Foram sujeitos da amostra 148 policiais de uma delegacia especializada da capital (76 alocados no Grupo Experimental e 72 no Grupo de Controle, pareados segundo algumas variáveis). Os resultados mostraram alterações na avaliação da auto-estima no Grupo Experimental após a intervenção, mas não foram observadas diferenças na avaliação de qualidade de vida. Os pesquisadores tiveram um *feedback* positivo da maioria dos policiais, tendo estes, inclusive, sugerido sua ampliação para a categoria como um todo. O estudo

concluiu que é possível e proveitoso construir uma metodologia de intervenção que ofereça suporte emocional aos policiais, enfocando autoestima e qualidade de vida, o que corrobora outras iniciativas parecidas que vêm ocorrendo em outras partes do mundo.

Em estudo publicado em 2008, Silva e Vieira buscaram identificar como a organização da Polícia Militar se estrutura e, sobretudo, relacionar tais particularidades com a saúde mental dos indivíduos que nela trabalham. Para isso, foi realizada uma análise de natureza qualitativa de dados, que demonstrou que o policial militar está suscetível a uma série de variáveis advindas da organização e precarização do trabalho, como também da sociedade contemporânea e que tais variáveis acabam por favorecer o surgimento de implicações danosas à saúde mental dos profissionais. A pesquisa sugere que o aumento do sofrimento psíquico ocasionado pela conjugação destes fatores pode se desdobrar em alcoolismo, depressão e até em suicídio. Os autores revelam que, de acordo com dados da Junta Médica da Polícia Militar da Paraíba, onde foi realizado o estudo, entre 2003 a 2005 existia uma média de 489 policiais militares afastados do serviço por licenças médicas e referem que tais números são preocupantes, por se tratar de uma área de serviço público essencial à população.

Coleta e Coleta (2008) apresentaram estudo desenvolvido com os objetivos de identificar fatores de estresse ocupacional e de verificar as estratégias de enfrentamento utilizadas por policiais civis. Participaram voluntariamente 40 policiais civis de uma delegacia regional no interior de Minas Gerais e foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado com quatro perguntas. Por

meio de análise de conteúdo, as respostas foram categorizadas, dando origem a 222 núcleos sobre os estressores ocupacionais, que foram classificados em 18 categorias, envolvendo as características do trabalho, relacionamento com colegas e superiores, imagem negativa da classe por parte da sociedade e da mídia e falta de apoio legal e governamental ao trabalho da polícia. Sobre a estratégia usada para lidarem com o estresse, os autores referem ter encontrado 86 respostas, sendo que a estratégia utilizada pela maioria foi o manejo dos sintomas. A pesquisa apresenta como sugestão relativa aos resultados a intervenção de profissionais, tanto na estrutura e no ambiente de trabalho quanto no treinamento dos policiais, com o objetivo de otimizar a maneira de enfrentar os fatores de estresse no trabalho.

Em 2007, Costa et al publicaram estudo que teve como objetivo diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares da Cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, além de determinar a prevalência de sintomatologia física e mental entre a população investigada. Trata-se de um estudo descritivo, com corte transversal, onde foi investigada uma amostra de 264 indivíduos, extraída de uma população de 3193 militares do Comando de Policiamento da Capital. Os dados foram coletados entre junho de 2004 e janeiro de 2005, utilizando-se o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp. Foi determinada a presença de estresse, a fase de estresse (alerta, resistência, quase-exaustão, exaustão), a prevalência de sintomas físicos e mentais e a relação entre estresse e unidade policial, posto policial, sexo, hábito de beber, fumo, escolaridade, estado civil, idade, tempo de serviço e faixa salarial. Como parte dos resultados, ficou evidente que a proporção de policiais sem sintomas de estresse

foi de 52,6 por cento, enquanto que 47,4 por cento apresentaram sintomatologia. Dos 47,4 por cento com estresse, 3,4 por cento encontravam-se na fase de alerta, 39,8 por cento na fase de resistência, 3,8 por cento na fase de quase-exaustão e 0,4 por cento na fase de exaustão. Sintomas psicológicos foram registrados em 76,0 por cento dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24,0 por cento. Das variáveis investigadas, a única que apresentou relação com estresse foi o sexo (P = 0,0337), sendo as mulheres as mais afetadas. Os autores concluíram, com base nos resultados do estudo, que os níveis de estresse e de sintomas dos sujeitos da pesquisa não indicaram um quadro de fadiga crítico. No entanto, ressalvam que é recomendável uma ação preventiva por parte da organização policial, que poderia incluir a aplicação de um programa de diagnóstico, orientação e controle do estresse.

Também em 2007, Minayo, Souza e Constantino publicaram estudo baseado em uma pesquisa maior, que investigou características sócio-econômicas, qualidade de vida, condições de trabalho e de saúde de policiais militares e civis do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para isso, foram triangulados métodos quantitativos (questionário anônimo, em amostra aleatória de conglomerados envolvendo 46 unidades policiais e 2.678 policiais) e qualitativos (18 grupos focais com 143 policiais, 24 entrevistas individuais semi-estruturadas e observações de campo). Foram abordados, particularmente, a vitimização e os riscos percebidos pelos policiais dentro e fora da Polícia. Os dados foram processados e analisados segundo variáveis relativas a risco. Por meio do estudo, ficou evidente que os policiais são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades, sobretudo os militares e aqueles de ambas as corporações que exercem

funções operacionais. Diferentes variáveis se associam à vivência de risco nas duas corporações, destacando-se as condições de trabalho, em especial, o exercício de outras atividades no período legal de descanso.

O estudo de Souza et al, de 2007, teve como objetivo investigar a existência de sofrimento psíquico entre policiais civis, segundo diferenças de gênero. Os autores analisaram dados de pesquisa anterior sobre condições de trabalho, saúde e qualidade de vida desses profissionais, usando métodos quantitativo e qualitativo, sendo que neste estudo, foram considerados e testados alguns dados do questionário aplicado à amostra estatisticamente representativa de 2.746 (80,8 por cento homens e 19,2 por cento mulheres) policiais civis da cidade do Rio de Janeiro, segundo a variável gênero e inserção nos distintos estratos de organização da atividade policial (setores administrativo, técnico e operacional). A pesquisa apresenta um breve panorama das características sócio-econômicas, das condições de trabalho, dos problemas de saúde e da qualidade de vida desses policiais, destacando as informações em que a variável gênero aparece como fator diferenciador. O Self-Reported Questionair e (SRQ-20) foi o instrumento a partir do qual se investigou sofrimento psíquico. Os resultados apresentados pelo estudo não indicaram diferença de sofrimento psíquico entre os gêneros, mas apontaram para a existência de diferenças significativas em alguns itens da escala. As policiais, sobretudo as técnicas, apresentaram maiores proporções em relação aos homens.

Carmo e Constantino (2007) apresentaram artigo que mostrou uma análise estatística dos determinantes de situações de risco sofridas por policiais civis em

duas cidades situadas no Estado do Rio de Janeiro, a capital fluminense e a cidade de Campos dos Goytacazes. No estudo, foram avaliados profissionais do setor operacional, ou seja, policiais responsáveis por produzir registros de crimes, acidentes de trânsito e pela investigação de delitos e os dados foram coletados por meio de um questionário contendo questões sobre características socioeconômicas, de condições de trabalho e de saúde dos sujeitos. Dos dados apresentados, é interessante ressaltar que quando solicitada uma avaliação da frequencia de risco que correm em sua atividade atual na Polícia, para 82 por cento dos profissionais da cidade do Rio de Janeiro o risco foi considerado "constante", sendo que em para os policiais campistas, esta avaliação apareceu para apenas 34 por cento dos sujeitos pesquisados. Para os autores, o risco foi colocado como marco diferenciador entre os dois universos, pois ao mesmo tempo que os policiais campistas se vêem em vantagem em relação aos cariocas por estarem menos expostos aos riscos de maneira mais constante, estes "se queixam" e se sentem menos valorizados por não estarem no confronto direto com a criminalidade, o que dificulta a afirmação da identidade profissional, esta associada exclusivamente ao confronto com a criminalidade.

Murta e Trócoli (2007) apresentaram estudo que relatou os efeitos de uma intervenção para o manejo do stress ocupacional, baseada em avaliação de necessidades junto a sete bombeiros. Como parte do método de coleta de dados, foram realizadas entrevistas grupais, com o objetivo de identificar fatores estressores ocupacionais, estratégias de *coping* e sintomas de estresse entre os sujeitos. Os autores referem que, encontradas evidências de que a população-alvo apresentava um repertório restrito de *coping* e muitos sintomas de estresse, foi

implementada uma intervenção com 12 sessões, contendo momentos destinados à informação, relaxamento, treino assertivo, treino em solução de problemas, manejo de tempo e reestruturação cognitiva. Para fins de avaliação da efetividade da intervenção, foram feitas medidas pré e pós-teste, onde foram aferidos a imunidade, pressão arterial e respostas verbais de estresse, saúde geral e *coping*. O estudo refere que a comparação entre medidas pré e pós-intervenção evidenciou redução de estresse e sintomas somáticos, o que é utilizado como argumento para que mais intervenções organizacionais ou combinadas fossem recomendadas à população estudada.

Silva e Heloani (2007) apresentaram um estudo comparativo abordando aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho, utlizando amostras distintas de jornalistas e guardas municipais, com o objetivo de avaliar a proposta teórico-metodológica da psicodinâmica do trabalho como fundamentação crítica e interdisciplinar. Os autores descreveram que na análise dos dados de ambas as pesquisas, o estresse implicava em uma tentativa de superar a negação da subjetividade pela gestão, tendo sido o discurso do sujeito estressado compreendido como um discurso crítico à instituição, à gestão e à organização do trabalho. A pesquisa com guardas municipais foi realizada com 238 sujeitos de um total de 412 da insttuição. Foram entrevistadas 26 equipes (grupos focais nos quais discutiram-se as questões do medo e do risco no trabalho e as relações entre gestão e estresse) e entrevistas individuais semi-abertas foram realizadas com 42 guardas, identificados como estressados através do Inventário de Sintomas de Stress de Lipp & Guevara. Foi utilizada também a Escala de Reajustamento Social de Holmes & Rahe. A estes instrumentos se uniu um

questionário, que incluiu questões relacionadas à saúde e à vida familiar e profissional dos entrevistados, Posteriormente, foram feitas outras entrevistas grupais, precedidas novamente por um questionário, por meio do qual se buscou investigar as relações entre o estresse e os problemas da formação técnico-profissional.

Fraga (2006) apresenta um artigo proveniente dos estudos para a tese de doutorado da mesma autora, entitulada "A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade de violência nos acidentes em serviço", defendida em 2005 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O trabalho versa a respeito das peculiaridades do trabalho do policial militar, descrito pela autora como uma mescla de rotina e incerteza, dados os riscos diários e constantes que o policial enfrenta . Ela também destaca que os estudos e pesquisas que dão vistas ao trabalho do policial militar restringem-se, na maioria das vezes, às academias de Polícia e, estas enfatizam, prioritariamente, aspectos técnicos da profissão, carecendo, assim, de estudos e pesquisas que enfatizem as suas particularidades e consequências na saúde mental dos profissionais. Por esta razão, a autora coloca como proposta primordial deste estudo o olhar particularizado sobre os aspectos que caracterizam o trabalho do policial militar, na busca de uma elucidação mais clara de sua real responsabilidade e perigo que permeia o seu objeto, a segurança pública, bem como ressaltar quão polêmica pode ser esta temática, já que a violência urbana, além de assombrar a todos, é também sofrida pelo policial militar em decorrência de sua atividade profissional, atividade essa permeada de críticas quanto à forma de exercê-la.

Em 2006, Natividade e Brasil publicaram artigo que teve como objetivo perceber a compreensão que têm os Bombeiros Militares da região da Grande Florianópolis sobre sua escolha profissional. Foi realizado um estudo do tipo exploratório e descritivo e a obtenção e a análise dos dados foram realizadas quantitativa e qualitativamente. Os participantes da pesquisa foram os Praças da 1ª e 2ª Companhia do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros, sendo esta população constituída por 391 sujeitos, dos quais 266 responderam ao questionário semi-aberto. A pesquisa concluiu que os fatores que mais influenciaram na escolha profissional foram relativos ao conteúdo da profissão e a casualidade. Os autores também refletem sobre a escolha profissional e a ocupação como fatores fundamentais na constituição da identidade do sujeito.

Datado de 2005, Amador e Spode apresentaram um artigo que aborda a temática das articulações entre saúde mental e trabalho policial, tendo como referencial os campos de Subjetividade e Trabalho e Saúde Mental e Trabalho, mais especificamente, o marco teórico-metodológico da Psicodinâmica do Trabalho. Ao relatar pesquisa realizada durante os anos de 2000 e 2001, em uma Companhia de Policiamento Militar no interior do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, destacaram o processo de investigação e a análise do material.

Também em 2005, surge um artigo de autoria de Primi et al, estruturado a partir da necessidade de desenvolver uma escala de avaliação de desempenho para guardas municipais e que pudesse ser utilizada como critério de validação para as variáveis do teste de Rorschach. Dessa forma, com o apoio de dois tenentes da guarda municipal, os pesquisadores listaram indicadores de desempenho

profissional considerados adequados e inadequados. A partir daí, tais indicadores foram agrupados em dois subgrupos: um com 19 características de comportamento consideradas adequadas e inadequadas no exercício da função e outra com 24 ocorrências ou incidentes negativos ou indesejáveis, criando-se a escala de avaliação de desempenho de policiais. Sendo assim, os objetivos principais da pesquisa foram verificar a validade de tal escala, assim como averiguar a existência de precisão entre os avaliadores. Participaram da pesquisa 27 guardas municipais, os quais foram avaliados por dois superiores, sendo que um deles foi o que contribuiu na criação dos itens do instrumento. Os dados foram analisados focando a busca de evidência de validade correlacionando duas escalas, uma com indicadores mais objetivos de faltas cometidas pelos policiais e outra mais subjetiva, contendo características desejáveis e indesejáveis no comportamento de policiais.

O estudo de Brito e Goulart, publicado em 2005, foi um trabalho de pesquisa documental realizada numa instituição policial militar, na qual o exame psicológico é utilizado no processo seletivo. Pela análise dos registros da referida instituição, foram identificados os casos de desvio de comportamento praticados por policiais contra-indicados ou indicados com restrições com base no exame psicológico e admitidos, por ordem judicial ou por falta de contingente, no período compreendido entre 1994 e 2002. Foram confrontados os desvios cometidos com o resultado do exame psicológico realizado por ocasião do processo seletivo e contatou-se que entre os policiais militares de conduta desviante, há uma significativa incidência de contra-indicados no exame psicológico, que foram admitidos. A pesquisa oferece ao comando da corporação

e ao Ministério Público argumentos reforçadores da utilização do exame psicológico como recurso destinado ao prognóstico de comportamento desviante e dá indícios de que as condições de trabalho do policial militar são um fator preponderante para o surgimento de sofrimento psíquico.

O estudo de Silveira et al (2005), teve como objetivo comparar os níveis de burnout em dois grupos de policiais civis, divididos de acordo com sua área de atuação, ou seja, atividades internas (25 policiais) ou externas (35 policiais). Os dois grupos foram submetidos à aplicação da versão em português do Maslach Burnout Inventory (MBI) e os resultados sugeriram não haver relação entre os sintomas vinculados à síndrome de burnout e a atividade desempenhada, já que não foi encontrada diferença estatisticamente significante entre os dois grupos, no que se refere ao total da escala, nem nos três fatores constituintes da mesma (esgotamento emocional, realização e despersonalização). No entanto, os pesquisadores ressaltam que o estudo não teve por objetivo verificar a prevalência da síndrome de burnout entre policiais, dado que estaria prejudicado, dado o tamanho reduzido da amostra.

Anchieta e Galinkin (2005) desenvolveram um estudo de abordagem qualitativa, baseado na Teorias das Representações Sociais, e dissertaram sobre as representações sociais elaboradas por policiais civis acerca da violência no desempenho de sua função. O embasamento teórico escolhido define representações sociais como uma forma de conhecimento elaborado por uma coletividade, que orienta as práticas sociais e as relações sociais entre pessoas e grupos. Foram sujeitos da pesquisa 27 policiais civis, entre agentes e escrivães,

tendo sido estas funções escolhidas por serem elas as que têm contato mais direto com a população e, por conseqüência, com a violência. Os dados foram obtidos por meio da técnica de grupos focais e os resultados avaliados mostraram que os sujeitos de todos os grupos de focais da pesquisa, descreveram e explicaram a violência de forma semelhante, mostrando que uma representação social do fenômeno fora por eles elaborada, e que podia ser interpretada como própria da instituição policial. Ainda neste sentido, a autora refere-se ao enfrentamento com criminosos como um fator gerador de medo, o que deixaria os policias em permanente estado de tensão, transformando o seu trabalho em um lugar de sofrimento psicológico, este compensado pela crença no caráter missionário de sua profissão. Ela ainda ressalta, no entanto, que o este quadro não deve servir para justificar as ações violentas cometidas por alguns policiais, mas permite apreender a percepção que têm do problema e fornecem elementos que ajudam, em parte, a compreender as ações, muitas vezes violentas e ilegais, cometidas por alguns policiais.

Minayo e Souza (2005) apresentaram estudo que aborda as mortes e agravos à saúde entre profissionais de segurança pública do Rio de Janeiro, por meio de um levantamento dos estudos nacionais sobre vitimização de policiais. Foi realizada uma análise de dados primários sobre a morbimortalidade por acidentes e violências entre Guardas Municipais, Policiais Militares e Civis do Rio de Janeiro, entre 1994 e 2004, tendo sido constatado que as agressões e os acidentes de trânsito foram as principais causas de morte e de lesões destes profissionais no período, sendo que os riscos mais elevados foram encontrados na

Polícia Militar. Ficou também evidenciado um aumento na vitimização nas três categorias entre 2003 e 2004, além de uma evolução das taxas de ocorrências criminais registradas entre 2001 e 2003. O estudo refere a grande necessidade de estudos que viabilizem ações interventivas, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade dos profissionais de segurança pública e, conseqüentemente, sua vitimização e ressalta que o campo de saúde do trabalhador não pode se omitir com relação a estes profissionais, um dos segmentos mais vulneráveis no exercício de sua profissão.

Ainda em 2005, Spode e Merlo publicaram artigo relatando pesquisa desenvolvida com Capitães da Polícia Militar, onde os autores articulam a atuação profissional e a saúde mental destes profissionais. Por meio de um método qualitativo, foram utilizados na coleta de dados três procedimentos, sendo uma pesquisa documental, o acompanhamento das atividades administrativas e operacionais inerentes ao trabalho dos sujeitos (perfazendo um total de cerca de 80 horas de acompanhamento), além de entrevistas gravadas, onde os pesquisadores buscaram avaliar as percepções e vivências subjetivas a respeito do trabalho e suas características como possíveis geradores de prazer e sofrimento. A pesquisa considerou que, dentro da amostra avaliada, parece haver atualmente um maior espaço para os oficiais criarem e exercerem suas atividades, em comparação a estudos anteriores (Amador e Spode, 2002; Barcelos, 1999[1]). No entanto, os autores ressaltam que a excessiva carga de trabalho administrativo,

[1] Barcellos, J. A. P. (1999). As condições e a organização de trabalho dos policiais que executam o policiamento ostensivo: Um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. A fonte foi citada nas referências bibliográficas do referido artigo, mas não consultada neste estudo.

bem como a precariedade de recursos tanto na esfera administrativa como na operacional constituem-se como fatores de significativa pressão e desgaste para os Capitães, assim como também o são outros fatores, comuns a todas as classes da Polícia Militar, como os mecanismos disciplinares de vigilância e controle, aspectos que, segundo os autores, colocariam barreiras para a criação do vínculo de confiança e cooperação entre os profissionais.

Em estudo de 2004, Calazans apresenta um trabalho onde propõe discutir o processo de inserção feminina no aparelho policial militar. Por meio de um estudo empírico com mulheres policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a autora versa sobre a construção da subjetividade da mulher em seu papel profissional e sobre como a violência, presente na cultura policial, funciona como um dispositivo estratégico constituinte de mulheres em policiais militares. É registrado neste estudo a dificuldade em encontrar trabalhos que analisem o modo como essas mulheres constituem-se e colocam-se nas práticas cotidianas do ofício de polícia, em especial no policiamento ostensivo, sendo que a autora faz referência a um grande número de pesquisas meramente estatísticas, com finalidade de caracterizar numericamente a população de mulheres policiais, sem uma preocupação a respeito da subjetividade destas, motivo pela qual este estudo se destaca.

Datado de 2004, o estudo de Mesquita Neto teve por objetivo analisar a visão dos coronéis da Polícia Militar do Estado de São Paulo que participaram da direção da Comissão Estadual de Polícia Comunitária acerca do policiamento comunitário e da sua importância para a prevenção do crime. Os dados para a

pesquisa foram coletadas por meio de um questionário de 12 perguntas, aberto, preparado pelo autor e entregue a um grupo de 14 coronéis, incluindo os 13 coronéis que já haviam participado ou ainda participavam da direção da Comissão Estadual de Polícia Comunitária, e um coronel, recentemente promovido a este posto. Destes, apenas 7 deles efetivamente responderam ao instrumento, sendo que o questionário e as respostas apresentadas pelos coronéis focalizaram os seguintes tópicos: os crimes que mais contribuem para a insegurança da população e suas causas; as ações para prevenção dos crimes relacionados; a eficácia do policiamento comunitário para prevenção dos crimes relacionados; a implantação e os resultados do policiamento comunitário em São Paulo; a consolidação e aperfeiçoamento do policiamento comunitário em São Paulo. O estudo mostrou o envolvimento destes profissionais com as demandas da profissão, bem como o entendimento de questões importantes a respeito da atuação do policial diante da sociedade.

Em 2003, Cusattis Neto e Lima apresentaram estudo que objetivou verificar a incidência de estresse entre integrantes da Policia Militar, quantificar os sintomas e comparar os níveis de estresse dos policiais ostensivos e dos de serviços internos. A amostra foi composta de 50 policiais do 17ºBPM/M de Mogi das Cruzes, divididos em dois grupos. O primeiro grupo foi composto de 25 policiais ostensivos com idades entre 24 e 44 anos. O segundo grupo foi composto de 25 policiais que realizam serviços internos no próprio batalhão, com idades entre 26 e 47 anos. Foi utilizado para coleta de dados, o questionário do Inventário de Sintomas de Estresse para adultos de Lipp (ISSL). O resultado demonstrou que 62 por cento dos policiais militares não apresentaram sintomas de estresse, sendo

que 38 por cento amostra apresentou indícios deste problema. Dentre aqueles que apresentaram estresse, a incidência maior foi na fase de resistência, com 73,6 por cento da amostra pesquisada. Já na fase de quase-exaustão encontravam-se 15,7 por cento dos policiais e 10,5 por cento dos encontravam-se na fase de alerta. O estudo concluiu que, dentre os voluntários pesquisados, não houve alta incidência de estresse.

Datado de 2002, Amador et al Publicaram estudo cujo tema foi a importância da criação e manutenção de políticas de saúde e segurança públicas que sustentem programas voltados à saúde do profissional de segurança pública (neste caso específico, da Brigada Militar), abordando a necessidade de ações preventivas e promotoras de saúde mental nesse âmbito, As autoras referem que vários estudos têm sido realizados, a grande maioria sobre a perspectiva do estresse, analisando os impactos do trabalho sobre a saúde dos policiais, já que o conteúdo violento do trabalho policial, o contato rotineiro com a morte e a violência e a constante pressão das responsabilidades são considerados elementos do cotidiano de trabalho causadores de danos à saúde dos policiais. Referem a necessidade de repensar a estrutura, fortemente presente na organização social, que cinde os que pensam dos que executam, isto apesar dos movimentos em direção à democratização do espaço policial. As autoras também enfatizam que a realidade do trabalho policial, que impõe permanente possibilidade de trocas de comando devido às transferências e às promoções, exige da equipe de pesquisadores um cuidado ético especial, para que as importantes questões protocolares e de hierarquia sejam devidamente apreciadas, o que facilita o acesso às informações e ao grupo de forma geral.

Em artigo de 2001, Albuquerque e Machado investigaram, por meio de observação direta e entrevistas com 27 aspirantes (num universo de 70 alunos), uma das atividades comuns à formação de jovens oficiais da Academia da Polícia Militar da Bahia, a "Jornada de Instrução Militar", desenvolvida na selva. Os autores revelam que, por meio da mortificação do eu e da submissão, a equipe dirigente celebra a passagem do sujeito civil à sua nova condição de oficial da polícia militar e discutem o fato de os conteúdos vividos se oporem e complementarem dentro do programa de formação de oficiais, justificando tal afirmação alegando que a instituição se recusa a acreditar na capacidade formadora deste programa, além de o treinamento na selva preencher definições quanto ao uso da força que não foram especificadas pelos regulamentos e programas de ensino policiais. Os autores ressaltam que as vivências se apresentam como um rito de pertencimento à polícia, cuja gestão do uso da força mantém características fortemente hierárquicas, centralizadas e autoritárias e tecem algumas considerações a respeito da formação da identidade do profissional.

Em estudo de 1999, Vilhena e Zamora apresentaram os resultados de uma pesquisa com vinte policiais civis da cidade do Rio de Janeiro, onde foram explorados os aspectos qualitativos dos discursos em relação à violência para entender o conflito de códigos de ideais que marcam a polícia. Por meio da análise do discurso, o estudo evidenciou que todos os policiais ouvidos pelos pesquisadores admitiram ter consciência da ação violenta de indivíduos e/ou grupos, motivados pela vontade de punir crimes e/ou por dinheiro. As autoras relatam que os policiais violentos mostraram dificuldades em identificar-se com

suas vítimas, "dessubjetivando-as". A violência foi admitida como necessária ao trabalho dos policiais, mesmo entre os que não a praticam. A violência, na prática cotidiana, aparece como uma decisão pessoal, refletindo alguns aspectos da cultura e da sociedade brasileira.

Em 1998, Bourguingnon et al apresentaram um estudo surgido a partir de demanda do Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo, que teve por objetivo geral avaliar as condições de risco à vida e à saúde a que estão submetidos os trabalhadores desta categoria profissional. A metodologia utilizada teve por característica buscar integrar o saber técnico ao saber dos próprios trabalhadores. Entre os resultados encontrados são descritas as condições penosas de trabalho decorrentes de falta de equipamentos (ou equipamentos sem manutenção) para o desempenho da função; as condições precárias, insalubres e perigosas dos locais de trabalho; o acúmulo de trabalho devido ao número insuficiente de funcionários; o desvio de função; a falta de treinamentos; o prolongamento da jornada de trabalho e ritmo intenso; os riscos de acidente e morte do policial; a má-remuneração; a grande responsabilidade social e pressão da população usuária. Os autores relatam ainda que, do ponto de vista dos indicadores do desgaste decorrente destas condições de trabalho, destacaram-se os distúrbios mentais, os gastro-intestinais e os ósteo-articulares e o elevado uso habitual de ansiolíticos.

Em 1996, Menandro e Meira investigaram as percepções de policiais militares em relação: ao ingresso na carreira policial; à visão da população sobre a atividade policial; aos aspectos polêmicos da relação polícia-sociedade; às sugestões para a melhoria do desempenho da instituição policial. Cem policiais

militares homens, entre 20 e 52 anos, com tempo de serviço de 1 e 15 anos, responderam um questionário com questões abertas e fechadas sobre os temas citados. Os resultados confirmam que a percepção da sociedade em relação a atividade policial é negativa e que as situações contraditórias e paradoxais não garantem a compreensão de suas múltiplas determinações. As sugestões para melhorias restringem-se ao âmbito da própria instituição. Evidencia ainda o predomínio, entre os policiais, de uma concepção não questionadora da organização social e da relação polícia-sociedade .

Ainda que sem um referencial psicológico, foi publicado em 1992 um estudo que versa sobre a incidência de tabagismo entre policiais militares, tendo como objetivo principal um recorte epidemiológico. A inclusão deste estudo entre as pesquisas que tratam da questão do sofrimento psíquico entre policiais ocorreu em razão de, atualmente, existir um grande número de pesquisas e interesse geral a respeito das condições psicológicas que favorecem o tabagismo. Mesmo não tendo sido este o objetivo do estudo de Reis, trata-se de um dado interessante e que pode ser levado em consideração no caso de tal estudo ser atualizado ou ampliado. A pesquisa em si procurou demonstrar, por meio de questionário realizado no 3º Regimento de Polícia Montada, unidade de Policiamento da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a incidência do uso de fumo entre os policiais militares, lotados na Sede da Unidade, na cidade de Passo Fundo - RS. Foi realizado um levantamento numa amostra de 521 policiais, correspondendo a 75,6 por cento do número total de policiais militares. A prevalência de fumantes foi de 25,5 por cento. Foi constatado que a maior percentagem de fumantes encontrava-se lotada no Pelotão de Comando e Serviços

(43,6 por cento). Dentre os fumantes, com relação ao tempo de serviço, a maior incidência foi 39,1 por cento nos que nos tinham entre 0 e 5 anos de serviço. Quanto ao nível de escolaridade, foi observado que a maior incidência ocorria nos que possuem o Ensino Médio completo (27,8 por cento). E que, ainda entre os fumantes, com relação ao tempo de uso do fumo, verificou-se que a maior percentagem (33,1 por cento) utilizava tabaco na faixa entre 5 e 10 anos e, quanto ao número médio de cigarros consumidos por dia, a maior prevalência ocorreu na faixa de 16 a 20 cigarros (32,4 por cento). A pesquisa também constatou que a maioria dos fumantes (63,9 por cento) iniciou o uso do fumo antes de ingressar na instituição.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar o panorama das pesquisas nacionais que, de diferentes formas, abordaram a temática da subjetividade e do sofrimento psíquico do policial, pôde-se notar a evolução e o extenso caminho percorrido pelos pesquisadores do tema, bem como quão grande ainda é o percurso em direção a um olhar mais particularizado e humanizado da questão da saúde mental deste trabalhador. Pode-se dizer, talvez, que o interesse pelas questões do sofrimento destes profissionais tem a trazer mais dúvidas do que respostas, dadas as complexidades de sua atuação, bem como das possíveis dificuldades que podem ter estes indivíduos em entrar em contato com questões tão difíceis. Questões como a proximidade com a morte, a violência para com iguais (seja quando são vítimas ou agressores), as expectativas depositadas sobre eles (pela população e por si próprios) e a eventual impotência diante de fatos que, muitas vezes independem de sua atuação, individual ou coletiva, todos estes são fatores passíveis de serem alçados a um segundo plano, de serem desconsiderados em nome das circunstâncias de suas rotinas, o que pode obrigar o profissional a negar seu sofrimento em nome de um bem maior: a segurança pública.

Trata-se de campo de estudo bastante amplo, com ações de pesquisa cada vez mais freqüentes a partir dos anos 2000 (conforme pode ser notado por meio do relato dos estudos publicados), onde, apesar das características causadoras de sofrimento pertinentes à atuação profissional terem estado sempre presentes, parecia haver pouco interesse da comunidade acadêmica de forma geral. É

interessante notar que as variáveis inerentes ao trabalho do policial foram sempre as mesmas, mesmo quando não eram prontamente consideradas. O que parece ter mudado foi o olhar dos pesquisadores, que atualmente debruçam-se com muito mais ênfase e número na questão da saúde mental dos profissionais de segurança pública de forma geral. O mundo onde vive o policial não mudou. Os olhos que se têm para ele, provavelmente, sim. Mesmo se considerarmos que, antigamente, os índices de violência não eram tão alarmantes quanto os atuais, ainda assim, o policial daquela época estava também mais propenso a ela do que os cidadãos de forma geral. O que parece ter mudado, para muito pior, foi a intensidade de uma realidade há muito conhecida e os desdobramentos desta intensificação são hoje vivenciados de maneira muito mais ampla. O "ser policial" sempre teve a si associado a tensão, o perigo e o medo, para o próprio indivíduo ou para aqueles que o cercam.

O aumento da violência, que tardiamente começou a ser tratada como questão de saúde pública e vem dizimando parcelas significativas da população jovem e economicamente ativa, também pode ser colocado como um dos fatores que levaram os estudiosos a considerar de maneira mais enfática o sofrimento do policial em suas pesquisas, já que este profissional, por estar em contato direto com a população, em suas ações – boas ou más – têm o poder de deixar marcas em todos aqueles que dependem de seus serviços, seja no aspecto individual ou social. Tanto a introdução teórica dada ao tema como a escolha por relatar as pesquisas onde o policial em possível sofrimento foi contemplado teve por objetivo refletir a respeito da subjetividade do indivíduo, já que este profissional,

na medida em que eventualmente age com violência, também está sujeito a ela, mesmo quando em situações de aparente controle.

O aumento do interesse sobre o tema é notável. No entanto, vale ressaltar que diante de temática tão complexa e levando em consideração o contingente de indivíduos que trabalham em instituições policiais, o número de pesquisas com enfoque qualitativo ainda é bastante pequeno, o que abre a oportunidade de discussão a respeito das dificuldades em trabalhar alguns temas dentro do ambiente policial. Pesquisas quantitativas tem sua validade incontestável, já que é a partir delas que impressões se tornam fatos palpáveis, o que dá margem à investigações mais precisas. No entanto, nota-se uma lacuna no sentido de considerar o policial em sua subjetividade, onde os estudos qualitativos cumprem um papel importantíssimo. Da mesma forma que um tratamento estatístico revela as questões, a abordagem qualitativa dá voz a estes números, trazendo à tona aspectos que dificilmente seriam captados por valores.

Pode-se pensar no reduzido número de estudos qualitativos a respeito do tema como conseqüência da dificuldade em abordar tal temática com o profissional, que, como já dito, parece ser obrigado pelas circunstâncias a negar o sofrimento decorrente de sua profissão. Isso remete novamente ao fato do estudo deste tema trazer mais dúvidas do que respostas, pois há de se pensar que, ao abordar tal tema de forma mais intimista, o pesquisador deverá ter em mente, mais do que nunca, seu compromisso ético em acolher todo e qualquer sofrimento que advenha de seus questionamentos, o que exige um trabalho de elaboração e avaliação bastante meticuloso. Ao propiciar que o policial entre em contato com

questões tão delicadas, deve-se pensar na forma como esta consciência vai atingir não apenas seu desempenho profissional, mas principalmente seu bem estar psíquico como um todo, pois a negação é um mecanismo de defesa inconsciente, utilizado apenas para proteger o indivíduo de verdades as quais ele não consegue suportar. Não há como abrir feridas sem que estas possam ser acolhidas e tratadas.

O tratamento que se dá a estas feridas abre a oportunidade de exploração de um outro campo de pesquisa, destinado a tratar das questões inerentes aos profissionais de saúde mental que cuidam destes policiais. Pode-se pensar que, investigando aqueles que conhecem as peculiaridades e mazelas desta população de forma mais particular, poder-se-ia ter mais recursos para realmente se aproximar dos profissionais de segurança pública. Ou ainda, modificando um pouco o foco do estudo, observar as dificuldades encontradas por estes cuidadores neste trabalho, por se saber que trata-se de população de difícil acesso à psicoterapias e como tais dificuldades são enfrentadas e problematizadas por eles.

Ainda com relação à provável dificuldade em se coletar dados qualitativos, não se pode deixar de citar que os protocolos disciplinares e de hierarquia comuns às instituições policiais também podem se constituir como uma dificuldade ou até empecilho para a implantação de pesquisas, já que tais situações exigem dedicação e tempo maiores e que devem ser considerados na organização da pesquisa.

Há muito ainda a ser feito no campo da saúde mental e da subjetividade do profissional de segurança pública. No entanto, ao finalizar esta pesquisa, a

impressão crescente é de que o tema tem aos poucos conquistado seu lugar nos centros de estudos universitários e que precisa ser amadurecido, dando origem a conhecimento científico que viabilize ações interventivas, com o objetivo de diminuir os impactos do trabalho na saúde mental destes profissionais. É preciso que a imagem do policial, muitas vezes baseada em um senso comum preconceituoso e estereotipado, seja ampliada e o papel das universidades neste caminho é crucial. O policial, hoje visto de forma cindida, dissociada de suas características de indivíduo e cidadão – que é – precisa ser observado em suas particularidades, pois seu papel tem importância decisiva sobre o bem estar da sociedade como um todo e isto não pode ser negado.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 5, jun. 2001.

ALEGRETTI, R. *Estudo dos efeitos de programa de apoio na agressividade reacional de policiais envolvidos em ocorrências graves.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia. Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2006.

AMADOR, F. S. *et al*. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. *Psicologia Ciênc e Profissão.* São Paulo, v. 22, n. 3, set. 2002.

AMADOR, F. S.; SPODE, C. B. Trabalho policial, subjetividade e saúde mental: desafios e possibilidades metodológicas *Barbarói***.** Rio Grande do Sul, (22/23):143-163, jan.-dez. 2005.

ANDRADE, C. D. *Farewell.* São Paulo: Record, 1996

ANDRADE, E. R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva,* Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, fev. 2009.

ANJOS, A. *Antologia poética.* São Paulo: Publifolha, 1997.

ARIÈS, P. *História da morte no ocidente.* Vol. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, P. *O homem diante da morte.* Vol. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BALESTRERI, R. B. *Direitos Humanos: coisa de polícia.* Passo Fundo: Pater Editora, 1998.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, E. *A negação da morte.* Rio de Janeiro: Record, 1995.

BOSS, **M.** *Angústia, Culpa e Libertação.* São Paulo: Duas Cidades, 1981.

BOURGUIGNON, D. R. et al. Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da policia civil no Espírito Santo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional,* v. 24, no 91-92, p. 95-113, 1998.

BRANT, L.C.; MINAYO-GOMEZ, C. O sofrimento e seus destinos na gestão do trabalho. *Revista Ciência e Saúde Coletiva.* Rio de Janeiro: ABRASCO. Vol. 10, nº 04, p. 939-952, 2005.

BRITO, D. P.; GOULART, I. B. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *PsicoUSF*. v. 10, n. 2, dez. 2005.

CATHALA, F. *Polícia: Mito e realidade.* São Paulo: Mestre Jou, 1975.

COLETA, A. S. M. D.; COLETA, M. F. D. Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *PsicoUSF*. v.13, n.1, jun. 2008.

CONSUL, J. C. P. *Brigada Militar: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade.* Tese de Doutorado. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

COSTA, J. F. *Violência e Psicanálise.* Rio de Janeiro: Graal, 1995.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Publica*. Washington, v. 21, n. 4, Apr. 2007.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: Estudo da psicopatologia do trabalho.* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ELY, F. R. *O super-herói (nem tanto) também adoece: um estudo em saúde do trabalhador com servidores da Polícia Federal em Santa Catarina.* Dissertação de Mestrado. Centro Sócio-econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

ENDO, P. C. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico.* São Paulo: Escuta, 2005.

FALEIROS, V. P. *A questão da violência*. Disponível em: <http://www.faleiros.com.br>. Acesso em: 12/04/2008.

FARIA, D. G. R. Aspectos teóricos do campo de estudos sobre segurança publica. *Revista LEVS*, São Paulo, v.1, n. 1, p. 3-10, 2008.

FARIA, D. G. R. *O profissional de segurança pública – papel social e identidade profissional.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FARIA, D. G. R. *O profissional de segurança pública – desempenho de seu papel num cenário de violência e de riscos: um estudo exploratório.* Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2000.

FOLHA ONLINE. Cotidiano. Governo divulga lista dos policiais mortos em ataques do PCC. 17 mai. 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121647.shtml

FRAGA, C. K. *A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço.* Tese de doutorado. Faculdade de Serviço social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho do policial militar. *Revista Virtual Textos & Contextos*. v. 5, n. 2, 2006

FREUD, S. *Introdução à Psicanálise e às neuroses de guerra.* 1919. In: Obras Completas (versão eletrônica). Imago, v. XVII

FREUD, S. *Luto e melancolia*. In: Obras Completas (edição eletrônica). 1917, Imago, v. XIV

FREUD, S. *Reflexões para os tempos de guerra e morte.* In: Obras Completas (versão eletrônica). 1915, Imago, v. XIV

GRAEFF, .B. P. *O policial militar em tempos de mudança: ethos, conflitos e solidariedades na Polícia Militar do Estado de São Paulo.* Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

KASTENBAUM, R.; AISENBERG, R. *Psicologia da morte.* São Paulo: Pioneira, 1983.

KOVÁCAS, M. J. *Educação para a morte: temas e reflexões.* São Paulo: FAPESP, 2003.

KOVÁCS, M. J. *Um estudo sobre o medo da morte em estudantes universitários das áreas de saúde, humanas e exatas.* São Paulo, 1984, 135p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

KOVÁCS, M.J. (coord). *Morte e desenvolvimento humano.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

MENANDRO, P. R. M.; SOUZA, L. *O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade.* Psicologia USP, São Paulo, v. 7, n.1/2, p. 133-141,1996.

MESQUITA NETO, **P**. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. *São Paulo em Perspectiva***.**, São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004.

MINAYO, M. C. S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. *Cadernos de Saúde Pública* , Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, Jun 2004

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde.* In: **SPÍNOLA, A. W. P**. et al. (Coords.). *Pesquisa Social em Saúde.* São Paulo: Cortez, 1992.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. (Orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4. Rio de Janeiro, 2005

MOREIRA, F. H; et al**.** De elemento à cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2 (1), 25-38, 1999.

MORIN, E. *O homem e a morte.* Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MURTA, S. G.; TRÓCOLI, B. T. Stress ocupacional em bombeiros: efeitos de intervenção baseada em avaliação de necessidades. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 24(1), p. 41-51, janeiro – março, 2007

NATIVIDADE, M. R.; BRASIL, V. A escolha profissional entre os bombeiros militares. *Revista brasileira de orientação profissional.*, v. 7, n.1, jun. 2006.

OLIVEIRA, T. M.; *O psicanalista diante da morte.* São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

PINTO, R. J. V. M. *Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou.* Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2000.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado.* Brasília, v. 20, n. 3, dez. 2005.

PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004.

SILVA, E. S. *Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho.* In: Mendes, R. **Patologia do Trabalho**, Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

SILVA, H. A. *Proposta de implantação de um sistema operacional de policiamento comunitário em Cia PM através da Rosa dos Ventos*. Monografia. Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores. São Paulo, PMESP, 1999.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. ***Saúde e Sociedade.*** São Paulo, v. 17, n. 4, dez. 2008.

SILVEIRA, N. M. et al. Avaliação de burnout em uma amostra de policiais civis. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, Ago. 2005 .

SOARES, L. E. *Meu Casaco de General: 500 dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, E. R. et al. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, Jan. 2007.

SOUZA, E. R. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública.* Rio de Janeiro, 9 (1): 48-64, jan/mar, 1993.

SPANIOL, M. I. *Acidente de trabalho e ocorrências policiais com arma de fogo: conseqüências, reações e seqüelas decorrentes do uso de forca letal.* In: MENDES, J.M.R.; CONSUL, J.D.P; FRAGA, C.K. (org.). **A (in) visibilidade da**

segurança pública: risco no trabalho, formação e políticas. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. C. *O policial militar e a saúde mental: considerações acerca do trabalho dos Capitães da Brigada Militar*. In: MENDES, J. M. R.; CONSUL, J. C. P.; FRAGA, C. K. (Orgs.). **A (IN) visibilidade da segurança pública:** risco no trabalho, formação e políticas. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia Reflexão e Crítica***.** Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2006.

VILHENA, J.; ZAMORA, M. H. Na trama da cultura: considerações sobre a violência policial. Revista do Departamento de Psicologia. UFF. 11(1):51-63, jan.-abr. 1999

VIOLANTI, J. M. Padrões de estresse no trabalho policial. In: *Revista Policial do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1993.

ZACHARIAS, J. J. M. *Tipos psicológicos junquianos e escolar profissional: uma investigação com policiais militares da cidade de São Paulo.* São Paulo, 1994, 263p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ZIMERMANN,D. E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica.* Porto Alegre, Artmed, 1999.